

Relatório

Ação Educativa

Ano 2017

2017



Sumário

Sumário.....	01
Siglário.....	02
Introdução.....	04
Atividades 2017.....	08
Resultado financeiro 2017.....	33
Corpo Diretivo e Pessoal.....	39
Apoios.....	44
Anexo A.....	45
Anexo B – listagem de atividades.....	46

Siglário

ABCDMRR – Região de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.
ABONG – Associação Brasileira de ONGs
ADI – Ações Diretas de Inconstitucionalidade
ANPAE – Associação Nacional de Política e Administração da Educação
APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
BBC Brasil - Corporação Britânica de Radiodifusão
CCJ – Centro Cultural da Juventude
CEDAP – Centro de Educação e Assessoria Popular
CEDECA – Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CEPAM - Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal
CETIC - Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação
CLADE – Campaña Latino-americana por el Derecho a la Educación
CLADEM – Comitê da América Latina e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher
CNAEJA – Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos
CPFP – Centro Público de Formação Profissional
CONAE – Conferência Nacional de Educação
CONAPE – Conferência Nacional Popular de Educação
CONFINTEA - Conferência Internacional de Educação de Adultos
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional
CTI – Centro de Trabalho Indigenista
DHESCA – Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais [Plataforma Brasil]
EAD - Educação à Distância
EC – Emenda Constitucional
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
ECOS – Comunicação em Sexualidade
EE – Escola Estadual
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMEI - Escola Municipal de Educação Infantil
EMEIEF - Escola Municipal de Ensino e Instituto Fundamental
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
ETEC - Escola Técnica Estadual
FAAM - Faculdades de Artes Alcântara Machado
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FIAM - Faculdades Integradas Alcântara Machado
FUMCAD - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
GT – Grupo de Trabalho
HIV - Human Immunodeficiency Virus
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBCCRIM – Instituto Brasileiro de Ciências Criminais
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INAF – Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional
INDIQUE – Projeto Indicadores da Qualidade na Educação
INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos
JEDUCA - Associação de jornalistas de educação
LEQT - Temática de Leitura e Escrita de Qualidade para Todos
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais
MAR – Museu de Arte Urbana
MASP – Museu de Arte de São Paulo
MEC – Ministério da Educação
MG – Minas Gerais
MPB – Música Popular Brasileira
MSTC – Movimento Sem Teto do Centro

ONG - Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PB – Paraíba
PR - Paraná
PUC – SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SAM – Semana de Ação Mundial
SC – Santa Catarina
SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEE – Secretaria Estadual de Educação
SESC – Serviço Social do Comércio
SMC – Secretaria Municipal de Cultura
SP - São Paulo
SRE - Superintendência Regional de Ensino
STF – Supremo Tribunal Federal
TDH - Terre des Hommes – Alemanha
TI – Tecnologia da Informação
TVT - TV dos Trabalhadores
UFABC - Universidade Federal do ABC
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UNAS - União de Núcleos Associações dos Moradores
UNCME – União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação
UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNEAfro - União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos
USP – Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

2017 foi um ano particularmente desafiador para a Ação Educativa, tendo se confirmado o cenário restritivo de recursos financeiros antevisto em 2016. O número de projetos diminuiu quase 50% – de 39 para 20 – e o orçamento executado sofreu a maior queda de nossa história: 24,6% menor que no ano anterior. As despesas anuais em 2017 voltaram ao mesmo patamar de 2013. Mas a queda nas receitas foi ainda mais expressiva, representando 31,7% menos que em 2016. Para cobrir a diferença, foi preciso utilizar recursos institucionais.

Essa queda orçamentária se deveu a diversos fatores: diminuição abrupta dos valores de apoio financeiro de alguns grandes parceiros, como o Unicef; encerramento de algumas parcerias, como no caso do projeto Jovem Monitor Cultural, que não foi renovado pela nova gestão municipal na cidade de São Paulo; encerramento de importantes editais públicos, especialmente no âmbito do governo federal, como os da Secretaria de Política para as Mulheres e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; ausência de processos de compra de materiais didáticos pelo governo federal. O novo edital de compra de livros didáticos para a Educação de Jovens e Adultos pelo MEC que se esperava que ocorresse em 2016, também não foi lançado em 2017. Além disso, o governo federal que assumiu o poder em 2016 descontinuou as políticas para a educação do campo. Assim, as coleções didáticas da Ação Educativa, ainda que bem avaliadas, tiveram uma acentuada queda nas vendas em 2017, e devem diminuir ainda mais em 2018.

Ou seja, mesmo com uma estratégia diversificada de captação, a diminuição de recursos se fez sentir nas várias frentes.

Nesse cenário, ao lado do trabalho contínuo de captação de novos recursos, foram redobrados esforços para buscar formas de diminuir gastos. Com um número menor de funcionários/as, foi feito um estudo, seguido de um conjunto de reformas e investimentos, de forma a poder acolher diferentes equipes em uma mesma sala e, dessa forma, ampliar o número de salas disponíveis para locação. Foi assim que o nosso prédio, carinhosamente conhecido como “o predinho”, passou a acolher novas organizações – todas elas parceiras no campo de defesa de direitos: o Centro de Trabalho Indigenista, a Cidade Escola Aprendiz e o Instituto Fonte, que se somaram à Abong e à Escola de Governo que já compartilhavam o espaço conosco.

Mas, apesar do cenário adverso, a Ação Educativa manteve-se ativa, investindo em processos de desenvolvimento institucional, fortalecendo agendas de direitos e processos de articulação da sociedade civil.

Dando continuidade ao processo de prevenção e enfrentamento do racismo institucional, um questionário de diagnóstico foi desenhado e aplicado junto ao conjunto de funcionárias e funcionários. Os resultados desse levantamento deverão ser apresentados e debatidos em 2017, contribuindo para o processo de construção de protocolos e políticas institucionais de caráter

afirmativo. Assim como a oficina realizada no final de 2016, também essa pesquisa está sendo conduzida pelo Instituto AMMA Psique e Negritude.

Diante da intensificação dos ataques à área da educação – do cotidiano das escolas às políticas educacionais – que comprometem a garantia do direito humano à educação de qualidade e, em especial, a implementação do Plano Nacional de Educação-PNE (Lei 13.005/2003), a Iniciativa De Olho nos Planos procurou fortalecer alianças e estratégias políticas em defesa do PNE, por meio de uma campanha que visa a regulamentação da autoavaliação participativa da escola pelos Conselhos de Educação, especialmente no âmbito dos municípios, em sintonia com o que prevêem o artigo 11 e a Meta 7 do Plano Nacional de Educação.

Por meio de uma parceria com a Secretaria de Educação, foi possível disseminar a metodologia participativa “Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola” (Indiques relações raciais) na rede pública de ensino médio do estado de Minas Gerais. Foram formados 13 formadores e 250 profissionais de escolas e representantes das 47 superintendências regionais de educação de MG. Iniciamos ainda pesquisa qualitativa direcionada a identificar as ações de enfrentamento ao racismo no ambiente escolar desenvolvidas por 15 escolas antes e após a aplicação da metodologia dos Indiques Relações Raciais. As ações se desenvolvem até o segundo semestre de 2018, quando teremos dados avaliativos do processo.

A sétima edição do Encontro Estéticas das Periferias avançou no seu processo de descentralização, com maior protagonismo de grupos culturais periféricos. A proposição e organização das atividades foi assumida, em cada um dos 17 territórios delimitados, por dois coletivos culturais da própria região que, para tanto, puderam gerenciar um orçamento próprio. No conjunto, o Encontro contou com 80 atividades, registrando ganhos de qualidade, de público, além do ganho político.

Processos de formação política, apoio e assessoria reuniram pelo menos 150 jovens ativistas e 22 coletivos juvenis periféricos, envolvidos com diferentes agendas de direitos.

Construída por uma frente de entidades e movimentos, a segunda Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular da Ação Educativa, que teve como tema “cultura e educação para a resistência”, ofereceu 33 atividades, colocando em pauta o campo de direitos e as estratégias para sua garantia e efetivação, os retrocessos e os avanços possíveis no campo dos direitos humanos, discutindo as estratégias de ação e valorizando o papel da Educação Popular.

A experiência acumulada com a realização das duas Semanas de Formação (2016 e 2017) permitiu avançar na elaboração de uma proposta para o Centro de Formação que a Ação Educativa definiu como aposta política e de sustentabilidade institucional. Foram debatidos e definidos seu conceito, seus objetivos, referencial metodológico, identidade visual, um sistema de financiamento solidário, fluxos e processos burocráticos e operacionais e, no final do ano, foi realizado o pré-lançamento do Centro de Formação: Educação Popular, Cultura e Direitos

Humanos. A avaliação de seu funcionamento e das atividades que compuseram sua programação experimental contribuirá para o aprimoramento de sua proposta e o efetivo lançamento do Centro.

No âmbito do enfrentamento aos retrocessos políticos vividos no país, a Ação Educativa concentrou esforços no fortalecimento das iniciativas da Plataforma DHESCA. Como membro de sua coordenação, coordenou nacionalmente a Missão Especial sobre os Impactos da Política Econômica de Austeridade na Violação dos Direitos Humanos no Brasil, desenvolvida pelas Relatoras e Relatores de Direitos Humanos da Plataforma, cujo relatório foi lançado em audiência pública no Senado Federal com a participação de diversos movimentos sociais e com a presença da Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, Déborah Duprat. A Missão também teve como desdobramentos uma ação nas redes sociais (twittaço: Revoga EC95) e a articulação com diversos parceiros para a construção de uma Campanha Nacional pela Revogação da EC 95 e pelo fim da política econômica de austeridade, a ser lançada no Fórum Social Mundial 2018, em Salvador (BA).

A Ação Educativa também avançou no esforço institucional de disponibilizar publicações de qualidade e conteúdo relevantes, a preços acessíveis, e também comercializá-los em grandes livrarias para que possam ser adquiridos em todos os locais do país. A partir deste ano as publicações comercializáveis da instituição já podem ser compradas na Livraria Cultura, Amazon, Saraiva e Martins Fontes.

O novo site institucional da Ação Educativa, lançado em dezembro de 2016, permitiu o aumento de 15% na produção de conteúdo noticioso, contribuindo para o processo de retomada de visitantes únicos do portal institucional, alcançando o índice de 100 mil sessões no período, e cerca de 200 mil visualizações, o que representa um aumento de 11% em relação ao ano anterior. No Facebook, onde as publicações vão para além dos conteúdos autorais oriundos do nosso site institucional, foram publicados 533 posts, que mobilizaram - entre curtidas, compartilhamentos e comentários - 37.398 interações, dessas 6.814 foram somente compartilhamentos, métrica fundamental quando pensamos no engajamento do nosso público e na aderência às nossas publicações. No conjunto, estima-se um público potencial no período de mais de 1 milhão de pessoas. Encerramos o ano com 26.859 seguidores em nosso Facebook.

Quanto à presença da Ação Educativa na imprensa, podemos registrar alguns destaques. O Encontro Estéticas das Periferias 2017 conseguiu uma boa inserção, contando com reportagens no programa Metrópolis, da TV Cultura. Nossos posicionamentos sobre violência e escola, gênero e educação, e laicidade na educação foram veiculados por diferentes órgãos. Também o relatório da Missão Especial sobre os Impactos da Política Econômica de Austeridade na Violação dos Direitos Humanos no Brasil deu margem a um conjunto de notícias e entrevistas. No conjunto, foram contabilizadas 90 inserções na mídia, conquistando espaços nos principais veículos de comunicação - em seus sites ou portais: Agência Brasil, BBC Brasil, Carta Capital,

Carta Educação, Deutsche Welle, Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, G1, Gazeta do Povo, Istoé, Jornal do Commercio, O Globo, Revista Cláudia, TV Cultura, TVT, UOL.

Além disso, o nosso Espaço Cultural Periferia no Centro também ganhou maior relevância na perspectiva da comunicação. Buscou-se propiciar uma experiência mais integrada aos sujeitos que passam pela Ação Educativa, entendendo que nossa atuação no campo virtual se reflete politicamente nos espaços físicos e na nossa programação do Centro de Eventos. Nesse sentido, algumas ações também foram realizadas visando o público externo, aquele que circula pelo território em que nos encontramos. Adotamos uma estratégia de demarcação de nosso espaço físico com nosso posicionamento: no Dia Internacional da Mulher, nos juntamos às manifestações do #8M, e por ocasião da greve geral de abril, nos posicionamos por meio da mobilização #NenhumDireitoaMenos.

Internamente, a articulação entre Comunicação e Espaço Cultural Periferia no Centro/Centro de Eventos se fortaleceu através da construção coletiva das exposições culturais. E, para 2018, a proposta é estender e aprofundar essa integração, tendo como objetivo aproximar novos públicos da Ação Educativa e valorizar a presença de novos artistas em nosso espaço.



Atividades 2017

2017 é o segundo ano do plano quadrienal 2016 - 2019, cujo objetivo geral aponta a necessidade de resistir a retrocessos e intensificar as disputas não só no âmbito das políticas públicas, mas também nas arenas da cultura e da educação, promovendo novas consciências e novas atitudes na própria sociedade:

Objetivo Geral

Promover, na sociedade e nas políticas públicas, a cultura e a efetivação dos direitos humanos, da democracia e da sustentabilidade socioambiental, combatendo as desigualdades, o racismo, o sexismo, a homofobia e outras discriminações, resistindo aos retrocessos legais e políticos no campo dos direitos.

Para avançar nesse sentido, quatro linhas de ação estratégica orientam a atuação institucional:

Objetivos Estratégicos

- 1. Promover a educação e a cultura em espaços escolares e não escolares, experimentando e disseminando inovações metodológicas, abordando temas emergentes e cruciais para a ação política e produzindo conhecimentos sobre tais práticas.*
- 2. Implementar iniciativas educacionais e culturais em territórios periféricos, ampliando a capacidade de grupos e movimentos que ali atuam de incidir nas políticas públicas e melhorar suas condições de vida.*
- 3. Fortalecer redes de atores que promovem mobilização social e incidência em políticas públicas – em âmbito local, nacional e internacional –, tendo em vista os direitos educacionais, culturais e da juventude.*
- 4. Produzir e disseminar informações, conhecimentos e posicionamentos afirmando os direitos humanos, a equidade, a diversidade, a democracia e a sustentabilidade socioambiental como valores, contribuindo para formar a opinião pública e apoiando grupos e movimentos que se pautam por esses valores.*

É a partir de tais objetivos que apresentamos, a seguir, as atividades realizadas em 2017.

Objetivo 1: Promover a educação e a cultura em espaços escolares e não escolares, experimentando e disseminando inovações metodológicas, abordando temas emergentes e cruciais para a ação política e produzindo conhecimentos sobre tais práticas.

Este objetivo é o que reúne a maior quantidade de ações desenvolvidas no ano. Nossas metodologias educativas foram disseminadas tanto por meio de publicações como de atividades de formação envolvendo diferentes públicos: 330 educadores de escola pública, 20 arte-educadores que atuam em espaços não escolares, 32 jovens monitores culturais, 1313 estudantes de escolas públicas, 1942 adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação. Além disso, diferentes temáticas e metodologias comprometidas com a efetivação dos direitos humanos foram abordadas em atividades de formação realizadas junto a mais de 450 pessoas, sendo 120 jovens ativistas. A produção cultural da periferia foi disseminada por meio da divulgação de agendas semanais e também da realização de eventos (espetáculos, exposições, mostras etc.) que reuniram mais de 1500 pessoas no nosso Espaço Cultural Periferia no Centro.

- **Arte-educação para adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação**

No Projeto Arte na Casa, por meio do qual a Ação Educativa realiza oficinas de arte e cultura para adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação na Fundação Casa, foram oferecidas cerca de 120 horas de formação continuada para uma equipe de 20 arte-educadores, que atuaram junto a 1942 adolescentes nos centros de medida socioeducativa de internação.

Ao mesmo tempo, demos início a uma fase de aprofundamento de reflexão sobre as práticas e os sentidos das formações, tanto as que são oferecidas aos adolescentes quanto a formação continuada dos educadores. O desafio assumido é o de organizar essa reflexão que se deu, por um lado, ouvindo os adolescentes por meio de questionários (mais de mil formulários respondidos) e, por outro, do exercício coletivo de sistematização das metodologias dos educadores/as. A perspectiva é produzir duas publicações, uma reunindo os textos dos/as educadores/as e outra com propostas de atividades, convertendo-se numa nova edição do volume "Arte na Medida" (publicado em 2013 pela equipe do Projeto Arte na Casa). O lançamento das duas publicações fará parte da série de atividades que serão desenvolvidas no ano de 2018, por ocasião da comemoração dos 10 anos do projeto. Além dos livros, um seminário (em conjunto com Cenpec e Cedap) e uma exposição de fotos completarão a programação.

Em 2017, a convite da Fundação Casa, a Ação Educativa participou também da formulação do seu programa de educação integral para os adolescentes internos. Ainda que essa participação

tenha apenas caráter consultivo, ela nos oferece a oportunidade de colaborar com uma política pública fundamental. Pleiteamos no debate a articulação de conteúdo do ensino formal com as oficinas de arte e cultura que desenvolvemos junto aos adolescentes privados de liberdade. Assim, por exemplo, os autores que são estudados nas oficinas de literatura podem ser aprofundados nas aulas de Língua Portuguesa na Escola. O desafio é comprometer a instituição Fundação Casa a adotar um parâmetro curricular que seja de interesse dos adolescentes, estimulando-os assim a estudar. Para isso, defendemos que os técnicos que preparam o programa de educação integral escutem os jovens e suas demandas de aprendizagem. A perspectiva é que esse diálogo seja ampliado na medida em que o programa se expandir, uma vez que ele será adotado em 2018 em três experiências piloto apenas.

- **Formação de jovens monitores culturais**

Durante os três primeiros meses de 2017 realizamos formação teórica e prática com 32 jovens remanescentes do convênio com a Prefeitura para realização do Programa Jovem Monitor Cultural. Concluímos o referido convênio prestando contas junto à Prefeitura já sob nova direção, prestação esta que foi aprovada em primeira instância e está seguindo o rito de tramitação nos demais órgãos de instâncias superiores. Ao final de 2016 fizemos um balanço dos três anos de realização dessa parceria com a Secretaria Municipal de Cultura que culminou com o lançamento do livro *Leve-se*. Com base nessa avaliação positiva concorreremos ao edital da Prefeitura para formação da nova turma de jovens monitores culturais, porém, não fomos selecionados. Ficamos satisfeitos, todavia, pela continuidade desse programa tão importante como política pública de cultura e geração de trabalho para a juventude.

- **Educação, jovens e escolha profissional**

O projeto “Tô no Rumo - Jovens e escolha profissional” possibilita, por meio de oficinas realizadas em escolas públicas de ensino médio, o acesso de jovens estudantes a informações e reflexões a respeito da escolha, formação e inserção profissional. Para tanto, oferta formação e assessoria técnica e material a educadores e educadoras de escolas públicas de ensino médio, além de dispor de uma plataforma digital e outros materiais de apoio.

O projeto, iniciado em 2009, já atingiu mais de 5 mil estudantes da rede pública e contou com mais de 30 unidades escolares parceiras em São Paulo, Santo André, Mauá, Jundiaí e São Bernardo do Campo. Em 2017 reeditamos a parceria com a Universidade Federal do ABC (UFABC) para realização de curso de extensão universitária sobre a escolha, formação e inserção profissional e uso da metodologia Tô no Rumo em espaços educativos. A formação ocorreu entre maio e julho, com duração total de 28 horas. Ao final, 33 educadores(as), a maior parte de escolas públicas, concluíram o curso e foram certificados. Foi aplicada uma avaliação junto às e às/aos participantes, segundo a qual 100% entenderam “ter aprendido bastante sobre a escolha profissional de jovens”, e 90% se sentiram “mais preparados(as) e motivados(as) para realizar oficinas com jovens”.

O grande destaque dessa formação foi o crescimento muito significativo do número de inscritos, de cerca de 40%, alcançando cerca de 90 interessados(as) para 40 vagas disponíveis, o que nos permitiu focalizar melhor o perfil dos(as) participantes e concluir o curso com um número superior à meta do projeto.

No ano de 2017, como desdobramento da formação de educadores e das parcerias firmadas em anos anteriores, foram realizadas oficinas Tô no Rumo em 15 escolas públicas de ensino médio e EJA nos municípios de São Paulo e Santo André, alcançando 1.313 estudantes de 2º e 3º ano, número 60% superior às metas do projeto. As atividades foram lideradas pelas equipes escolares, envolvendo 34 educadores/as que receberam assessoria técnica e material ao longo do ano para desenvolvimento das oficinas. Para eles, foram realizadas formações complementares, reuniões de acompanhamento e avaliação, além de visita a uma escola durante a aplicação de oficinas. As unidades escolares receberam kits com materiais necessários para oficinas, incluindo guia de oportunidades com serviços, equipamentos e políticas públicas dirigidas a jovens no campo da educação e do trabalho.

Segundo os profissionais responsáveis, as atividades possibilitaram às/aos estudantes: a) maior conhecimento sobre as profissões, os cursos de ensino superior existentes e as formas de acesso a eles; b) refletir sobre a importância da escolha profissional, da continuidade dos estudos após a educação básica; e c) refletir sobre os desafios do mundo do trabalho para a juventude e o impacto das desigualdades nas suas trajetórias.

Em 2017 mantivemos a parceria com a EJA Santo André, mesmo com a mudança de gestão no município. Também realizamos parcerias com duas organizações formadoras de jovens aprendizes, um centro de medida socioeducativa e uma unidade da Fundação Casa. São locais que, com apoio da equipe do projeto, adaptaram a metodologia e tiveram resultados interessantes com públicos que têm suas especificidades e que não estavam no foco original do projeto.

O site tonorumo.org.br, que traz informações, análises e debates acerca dos temas centrais do projeto, teve grande audiência, com média de 10 mil visitantes mensais, sobretudo jovens com dúvidas e demandas relativas aos vestibulares e em relação ao ENEM.

- **Formação política para jovens ativistas**

Foi realizado um processo de formação, intitulado "Ocupação: jovens em movimento", dirigido a jovens ativistas, com participação média de 25 jovens por encontro. Ao todo o ciclo formativo teve seis atividades de quatro horas cada, totalizando 24 horas formativas. Foram tratados temas como políticas educacionais, educação libertária, feminismo negro, autonomismo e práticas de comunicação dirigidas ao ativismo.

A formação foi construída em parceria com o Comitê de Pais e Mães em Luta, que envolve familiares, apoiadores e jovens estudantes envolvidas(os) nas ocupações de escolas públicas. Com isso, ele possibilitou a aproximação desse conjunto de ativistas juvenis, em geral pouco

acessíveis às organizações, mas muito significativos nas discussões sobre novas práticas políticas. Vale dizer que essa aproximação tornou possível envolver o grupo de jovens em outros espaços e atividades da organização.

- **Educação de jovens e adultos – Coleção Viver, Aprender**

Desde 2016 deveria ter sido lançado novo edital de compra de livros didáticos para a Educação de Jovens e Adultos pelo MEC. Como isso não ocorreu, não houve novos processos de seleção e compra de materiais didáticos pelo governo federal. Com isso, a Editora Global, que financia a produção de materiais didáticos, suspendeu o financiamento do trabalho de atualização e produção de novos materiais didáticos até que o MEC sinalize o lançamento de novos editais.

Neste contexto, temos como desafio encontrar um meio de continuar a oferecer subsídios aos alunos e professores da Educação de Jovens e Adultos sem o apoio do governo federal, que é responsável pela compra de material didático para as escolas públicas.

Mantivemos apenas disponível no site da coleção didática a possibilidade de professores e estudantes fazerem o download dos livros gratuitamente no formato digital. Em 2017 o site, que conta com sete mil educadores cadastrados, registrou 36 mil acessos.

- **Educação do campo – Coleção Campo Aberto**

O governo federal que assumiu o poder em 2016 descontinuou as políticas para a educação do campo, atendendo à solicitação de grandes editoras que não queriam ter que desenvolver material específico para este grupo. Com isso, temos hoje um material didático bastante bem avaliado pelo MEC e também pelos educadores que não terá destino do ponto de vista dos programas governamentais.

Por enquanto, continuamos a manter a distribuição gratuita do material por meio da página da internet da Coleção, mas não há versão impressa disponível para uso em sala de aula. Existe a possibilidade de buscar a venda direta para municípios interessados em usar a coleção, mas as dificuldades financeiras destes municípios podem inviabilizar este caminho.

Ainda não há um acordo junto à Editora Global, proprietária dos direitos da Coleção, sobre o encaminhamento a ser dado com relação a esta coleção didática.

- **Educação e relações raciais**

Em parceria com a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais e apoio do Instituto Unibanco, a Ação Educativa vem desenvolvendo um projeto que visa estimular o uso da Coleção Educação e Relações Raciais na rede de escolas públicas de ensino médio de Minas Gerais. Com previsão de término em setembro de 2018, o projeto envolveu em 2017 um conjunto de atividades, entre elas, a formação de 250 professoras e professores do ensino médio e analis-

tas educacionais das 47 superintendências regionais de educação da rede pública. Para o desenvolvimento dessa formação, foi constituído um grupo de treze formadoras de Minas Gerais, que trabalhou junto com a equipe da Ação Educativa na formação das profissionais de educação. Para avaliar os efeitos da formação nas escolas, foi realizada uma pesquisa de caráter quantitativo, visando gerar uma linha de base. A pesquisa obteve o preenchimento de 1157 questionários (49,7% das escolas do Estado) em formato online em escolas de ensino médio. Foram ainda realizadas entrevistas em profundidade com professores e gestores de quinze escolas selecionadas em Minas Gerais para verificar como a metodologia foi apropriada pelas escolas. Um dos desafios evidenciados pelo projeto é a necessidade de envolvimento das gestoras e gestores escolas nas formações para a implementação da metodologia. Em decorrência de falta de condições financeiras, não foi possível para a Secretaria Estadual de Educação trazer os gestores escolares para o processo de formação. Em decorrência disso, identificamos que, em várias unidades, a não participação desses gestores gerou obstáculos ao trabalho das/dos profissionais de educação que haviam participado da formação e se comprometido a impulsionar a metodologia de autoavaliação participativa nas unidades escolares.

- **Indicadores da qualidade na educação – Ensino Médio**

A Ação Educativa finalizou o texto da publicação Indicadores da Qualidade do Ensino Médio, novo material integrante da coleção Indicadores da Qualidade na Educação (Indique), metodologia de autoavaliação participativa escolar. Essa versão do texto foi encaminhada em novembro ao Unicef, parceiro no desenvolvimento da coleção Indique. A Ação Educativa aguarda o retorno da equipe do Fundo para a conclusão da versão final e posterior publicação e lançamento nacional em 2018. Para se chegar a essa versão, com base em uma primeira versão do material, foram realizados no primeiro semestre de 2017 pré-testes com estudantes e profissionais de educação de escolas de ensino médio de quatro estados brasileiros, além de leituras críticas por parte de dez especialistas. Em um contexto nacional de grandes questionamentos à Reforma de Ensino Médio imposta pelo governo Temer, a publicação dos Indicadores da Qualidade no Ensino Médio representa uma aposta política em se afirmar um referencial de qualidade de ensino médio comprometido com a superação das desigualdades, com o reconhecimento da diversidade juvenil e referenciado nas conquistas legais obtidas pelos movimentos sociais de educação e dos direitos de jovens e adolescentes das últimas décadas.

- **Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular**

Em julho, foi realizada a segunda Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular da Ação Educativa, com o tema “cultura e educação para a resistência”. O evento foi construído pela Unidade de Formação coletivamente com as formadoras e formadores da Ação Educativa, que participaram ativamente de todo o processo, especialmente durante os encontros de formadores/as. A Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular de 2017, com o acúmulo da primeira edição realizada em 2016, pretendeu avançar nos debates

sobre os direitos humanos e a democracia a partir de diversas perspectivas e atividades, além de fortalecer este espaço formativo como uma ação de resistência diante da conjuntura nacional e internacional e ocorreu durante os dias 11 a 15 de julho de 2017. Esta atividade tem ampliado a rede de entidades e movimentos que a constroem, em um processo coletivo de debates e busca de alternativas de ação. Dessa forma, as 33 atividades colocaram em pauta o campo de direitos e as estratégias para sua garantia e efetivação, debateram os retrocessos e os avanços possíveis no campo dos direitos humanos, discutindo as estratégias de ação, assim como valorizando o papel e a relevância da Educação Popular. Construída por uma frente de entidades e movimentos, o evento convidou seus mais de 202 participantes a tomarem parte das atividades da semana toda, em um processo coletivo de debates e busca de alternativas de ação, contando inclusive com um grupo de voluntariado de 20 pessoas e mais de 50 formadores/as.

Dos participantes que avaliaram a produção e as atividades, 100% indicaram que gostariam de participar de novas edições da Semana. Diversas atividades foram organizadas em parceria com outras instituições - como a Fundação Rosa Luxemburgo, o Sesc, a plataforma DHesca Brasil, a Escola de Governo, entre outras. O evento como um todo foi apoiado pelo Instituto C&A.

- **Centro de Formação: educação popular, cultura e direitos humanos**

Em 2017, atendendo ao plano político e de sustentabilidade institucional da Ação Educativa, a Unidade de Formação elaborou as bases (conceito, objetivos, referencial metodológico, identidade visual, sistema de financiamento solidário, prospecção de parcerias, recursos, fluxos e processos burocráticos e operacionais) do Centro de Formação: Educação Popular, Cultura e Direitos Humanos, que resultou, em novembro do mesmo ano, no pré-lançamento de sua programação.

O pré-lançamento contou com a realização de três atividades: um curso de 20 horas de formação - *História da Ciência, Tecnologia e Inovação Africana e Afrodescendente* -, uma oficina de 16 horas - *Direitos Humanos em Jogos Cooperativos de Tabuleiro* - e uma roda de conversa periódica e permanente - *Adolescendo Abayomis: Amizade, Carinho e Trocas*; organizadas em conjunto com parceiros e parceiras do Centro de Formação.

Dados coletados por meio de um questionário aplicado no encontro final de cada formação apontam que 100% das/dos respondentes acreditam que a atividade contribuiu com sua formação pessoal e profissional e ampliou sua rede de contatos. Destas/es, mais de 80% declararam que participariam novamente de atividades do Centro de Formação.

Esta primeira experiência trouxe aprendizados relevantes para o lançamento da programação anual de 2018.

- **Ação em Debate**

Durante o ano de 2017, foram realizados três encontros do Ação em Debate. O de março foi organizado em parceria com a Escola de Governo e integrou o lançamento do dia do grafitti na Ação Educativa; motivado pela ação de retirada dos graffitis da Avenida 23 de Maio em ato arbitrário da Prefeitura de São Paulo, este debate pretendeu ir além das polêmicas de ocasião para discutir qual o entendimento de arte de rua por parte do poder público e por parte dos artistas e ativistas. As debatedoras foram: Gabriela Leal, antropóloga, Coletivo Imagem; Lillian Amaral, artista visual, pesquisadora e curadora; Gabriela Bigo, Ocupa Coletivo e Marília Jahnel, ex-Coordenadora de Direito à Cidade da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo. Em abril, o evento "A Indústria da Injustiça: violações de direitos humanos na Palestina e no mundo" trouxe as conexões entre as violações de direitos humanos no Brasil e no mundo com a indústria desenvolvida pelas violações dos direitos do povo palestino perpetradas pelo apartheid israelense; os debatedores foram: Soraya Misleh - jornalista, doutoranda em estudos árabes da USP e coordenadora da Frente em defesa do povo palestino; Pedro Charbel - formado em relações internacionais pela PUC e Coordenador do Comitê latino americano do BDS - Boicote, Desinvestimento e Sanções, Rosângela Martins - UNEAFRO e Shajar Goldwasser - Ativista israelo-brasileiro. Por fim, o Ação em Debate de maio abordou os resultados da pesquisa "Que Segurança Pública Queremos? - Pesquisa Qualitativa sobre Segurança Pública". A pesquisa, realizada em 2016 em Sapopemba e São Mateus, mapeou a visão sobre segurança pública de um grupo de 180 jovens, profissionais e moradores/as destes dois bairros da periferia leste de São Paulo. A roda de conversa contou com a presença de Raquel Souza, pesquisadora e doutoranda na Faculdade de Educação da USP, Allyne Andrade, advogada e coordenadora de Educação do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), e Valdênia Paulino, advogada e fundadora do CEDECA Sapopemba.

Os encontros foram todos transmitidos ao vivo pela internet e são mantidos na íntegra no canal da Ação Educativa no Youtube e foram trazidas algumas inovações para atingir um maior público e dar mais visibilidade à ação, como a gravação de curtos vídeos de chamada com os participantes e debatedores e a parceria com outros projetos correntes na Ação Educativa. Em 2017, houve 112 participantes no total e buscar-se-á manter a atividade no ano de 2018.

- **Avaliação de programas educativos**

Foram realizadas assessorias a dois programas educativos, tendo como objetivo o aprimoramento de seus processos de avaliação. Foi reorganizado um conjunto de instrumentos avaliativos do programa Fórmula da Vitória, do Instituto Ayrton Senna, buscando obter resultados mais condizentes com os objetivos do programa, que atende alunos no contraturno com o tema da leitura e escrita. Além disso, foram reformulados os instrumentos avaliativos do Instituto Vagalume, que mantém bibliotecas comunitárias na região amazônica e precisava criar instrumentos adequados para constituir um processo de avaliação do programa.

Tais projetos criam a possibilidade de avançar na construção de metodologias avaliativas que possam ser aproveitadas em diferentes projetos.

- **Espaço Cultural Periferia no Centro**

O Espaço Cultural Periferia no Centro, que já se notabilizou pela acolhida a um público majoritariamente negro em função de sua programação com forte acento no hip hop, funk e samba, abriu um novo espaço que amplia a diversidade do público, mantendo o recorte da procedência periférica. A Sexta Sonora, que busca para atrair os públicos adeptos do reggae, forró, rock e MPB, atraiu um público de mais de mil pessoas em suas seis apresentações. Além dessa atividade, mantivemos as três outras atividades que da programação regular do Espaço Cultural, a saber: a) rodas de samba (10 apresentações); b) Sarau Bodega do Brasil (10 apresentações); c) Mostra de artes cênicas (3 espetáculos) e cinco exposições, entre elas a Expo 27 de Março – Dia do Graffiti que mobilizou cerca de 500 pessoas e retomou a prática dos debates.

- **Produção e difusão de informações sobre cultura nas periferias**

As ações de produção e difusão de informações sobre cultura nas periferias tiveram um alcance elevado em virtude das características dos veículos de comunicação utilizados. As seis edições da Agenda Cultura da Periferia (março a agosto) somaram 60 mil exemplares: os programas de rádio alcançaram um público amplo em função da transmissão via Internet (o alcance da rádio é restrito a um perímetro de 10 km no máximo) e os sites tanto da Agenda da Periferia, quanto do Encontro Estéticas das Periferias tiveram significativo número de acessos. Tal alcance situa a Ação Educativa como um agente relevante no debate sobre direitos culturais, especialmente para as populações mais vulneráveis afirmando a importância do papel do poder público para a difusão e produção da cultura.

A impossibilidade de manutenção da edição impressa da Agenda Cultural da Periferia impõe um desafio importante no sentido de suprir a ausência do material físico por uma oferta de notícias e informações por meio do site da publicação, que se mantém ativo, e as páginas nas redes sociais a ele vinculado. A perspectiva é unificar a Agenda da Periferia e o Estéticas das Periferias em um aplicativo a fim de dinamizar e ampliar a oferta de informações sobre cultura.

Objetivo 2 - Implementar iniciativas educacionais e culturais em territórios periféricos, ampliando a capacidade de grupos e movimentos que ali atuam de incidir nas políticas públicas e melhorar suas condições de vida.

Foram implementadas diversas iniciativas culturais e educacionais em diferentes territórios, tanto em áreas periféricas (a maioria), como em áreas centrais que concentram grandes quantidades de população vulnerabilizada. As ações envolveram: a realização de mais de 80 atividades culturais em 17 territórios periféricos, todas elas organizadas por coletivos locais; a manutenção de 10 polos de futebol de rua em dois municípios da Grande São Paulo e três do interior do estado; uma formação para técnicos de 16 dos 60 serviços de medida socioeducativa de meio aberto existentes na cidade, e um conjunto de ações visando a articulação de escolas com os equipamentos públicos da rede proteção dos direitos da criança e do adolescente.

- **Estéticas das periferias**

A sétima edição do Encontro Estéticas das Periferias aprofundou o conceito de território iniciado em 2016. Buscamos a delimitação de 17 territórios e, em cada um deles, dois coletivos culturais, de perfis distintos, passaram a propor e organizar as atividades nas suas respectivas regiões. Com a garantia de recurso viabilizado por meio de patrocínio, cada território teve R\$10.000,00 para desenvolver sua programação resultando em 80 atividades. Houve um ganho de qualidade e de público; porém, mais do que isso, houve um ganho político, uma vez que os territórios se sentiram efetivamente parte do processo. Tal experiência fortalece a ideia de território cultural que buscamos desenvolver e vivenciar durante o plano quadrienal vigente. Por outro lado, ainda no Encontro Estéticas das Periferias, as apresentações artísticas realizadas na região central, elevaram o sentido de direito à Cidade, além de ampliar o público para a cultura da periferia. O desafio é manter essa dinâmica para além do processo do Encontro Estéticas das Periferias e assegurar patrocínio que mantenha o mesmo padrão de financiamento para o ano de 2018. Para isso aprovamos o projeto junto à Lei de Incentivo Cultural do Estado de São Paulo. Além disso, teremos de volta o apoio da Prefeitura ao evento e ampliação da participação do SESC acolhendo 20 atividades em cinco de suas unidades na Capital.

- **Futebol de Rua**

No ano de 2017 mantivemos os mesmos 10 polos de futebol de rua (São Paulo, São Bernardo do Campo, Limeira, São Carlos e Taubaté) que seguiram atendendo mais de 300 adolescentes e jovens. O destaque esteve na ampliação da autonomia desses polos em função do fortalecimento da Rede Paulista de Futebol de Rua. Os próprios mediadores passaram a organizar as atividades de articulação que foram: a) Festival Ocupa Pacaembu (evento ocorrido dentro da programação do Encontro Estéticas das Periferias, no qual participaram grupos com diferentes

práticas de futebol libertário); b) os torneios interpolos e c) Encontro da Rede Paulista de Futebol de Rua (realizado em novembro em São Carlos, dentro da programação do Mês de Ação Global promovido por TDH – Terre des Hommes Alemanha, organização que apoia o projeto). Além disso, realizaram um ciclo de formação de técnicos dos serviços de medida socioeducativa da Cidade de São Paulo.

Há dois desafios entre os mais importantes: a) formar mais mediadores para ampliar os polos e desenvolver outras ações de formação e eventos; b) buscar autonomia financeira da Rede Paulista de Futebol de Rua. A perspectiva é fortalecer os conteúdos de formação dentro do Projeto da TDH e garantir a participação de jovens na Escola Latinoamericana de Formação de Mediadores, uma plataforma em EAD que passará a funcionar em 2018 tendo a UNISINOS em São Leopoldo, Região Metropolitana de Porto Alegre, como base para os encontros presenciais. Além disso, há uma possibilidade promissora de realização de workshops para a rede SESC, que tem 40 unidades no Estado de São Paulo. O mesmo serviço pode ser ofertado para escolas particulares, prefeituras e outros potenciais clientes.

- **Apoio a serviços de medida socioeducativa**

Em 2017 tivemos uma oportunidade de inserção no campo da medida socioeducativa de meio aberto por meio da formação de 32 técnicos, de 16 serviços de medida socioeducativa de meio aberto da Cidade de São Paulo (existem 60 centros na Cidade de São Paulo), na metodologia do futebol de rua. Abordamos a prática do futebol como ação sociopedagógica e instrumento de mediação de conflito. Com isso, conhecemos o sistema de atendimento socioeducativo de meio aberto (liberdade assistida, prestação de serviços à comunidade) na prática e experimentamos o futebol de rua nesse contexto. Diferentemente da medida de internação, que está na esfera da Secretaria de Justiça do Estado, as medidas de meio aberto estão sob a responsabilidade da secretaria de assistência social da Prefeitura. Essa distinção é um dado muito relevante. No âmbito da assistência social, a medida integra uma rede de proteção integral articulando diversos serviços que vão da educação à geração de renda, passando pela saúde, esporte e cultura, ao passo que na medida de internação, o adolescente, embora tenha acesso à formação profissional, educação formal e à cultura, não acessa tais direitos em proveito de sua inserção social de forma integral. Tal experiência nos ajudou na formulação de dois projetos que serão desenvolvidos em 2018 junto a adolescentes de serviços de medida em meio aberto. Além disso, diferentes estratégias estão sendo desenhadas para permitir a implementação do futebol de rua nos serviços que participaram da formação.

- **Juventude com direitos**

O projeto Juventude com Direitos realizou a formação de 40 jovens em Sapopemba e São Mateus, com dois ciclos formativos de cinco meses de duração cada, tratando dos direitos da juventude, trajetórias juvenis, direito à cultura e à cidade, desigualdades sociais e seus impactos na juventude, relações raciais e de gênero. Além das formações regulares no espaço

da Ação Educativa, o projeto buscou realizar debates, encontros e formações em espaços de diversos parceiros nos territórios de Sapopemba e São Mateus. Ao final do curso, as turmas foram apoiadas na realização de intervenções nas suas regiões e de dois vídeos, os quais discutem e promovem a cultura da juventude periférica por meio do funk.

O projeto, realizado em parceria com a Oxfam Brasil, trouxe o desafio de lidar com uma situação de violência entre jovens, ocorrida durante a formação, que foi superada a partir de um trabalho de Justiça Restaurativa. O processo também foi importante para ampliar nossas relações na região de Sapopemba e São Mateus, além de possibilitar a experiência de desenvolver um trabalho educativo em torno do funk como prática cultural periférica.

A avaliação final, por meio de rodas de conversa, mostrou que o projeto: colaborou para “ter novas perspectivas de futuro” (100%); permitiu “conhecer mais sobre seus direitos” (89%); “fortaleceu a autoestima e identidade” (89%); permitiu “circular pela cidade de forma diferente” (84%); ajudou a “identificar quando sou vítima de algum preconceito ou violência” (89%); e ajudou a “conhecer pessoas ou lideranças que lhes inspiraram” (72%).

- **A escola na rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente**

Apoiado por meio do edital público do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de São Paulo, o projeto A escola na Rede de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente teve início em setembro com ações sendo desenvolvidas na região central da cidade. Em sua primeira fase (setembro a dezembro), foram realizadas: a construção da parceria institucional com a Diretoria Regional de Ensino do Ipiranga, órgão da Secretaria de Educação responsável pela região Central; a sensibilização das unidades educacionais para adesão ao projeto; um primeiro mapeamento dos serviços públicos, instituições e movimentos sociais existentes na região central. Duas escolas indicadas pela Diretoria Regional de Educação do Ipiranga, a EMEF Faria Lima, do Cambuci, e a EMEI Alberto de Oliveira, do Glicério, participaram de encontros de sensibilização e aderiram à proposta de construção de um trabalho em rede intersetorial em prol da garantia do direito à educação de crianças e adolescentes.

Além disso, houve aproximação da Ação Educativa junto aos equipamentos públicos que atuam no campo da defesa do direito da criança e do adolescente na região central de São Paulo, reuniões com entidades parceiras para apresentação do projeto, articulação e realização de pesquisa de campo junto aos equipamentos públicos, organizações e movimentos sociais da região central da cidade onde o projeto será desenvolvido. Todo esse trabalho tem como desafio conhecer os projetos, ações e iniciativas de defesa dos direitos das crianças e adolescentes já existentes e dialogar com elas durante o desenvolvimento do Projeto “Redes de Proteção Local dos Direitos da Criança e do Adolescente a partir da Escola”, realizado com apoio do FUMCAD.

Objetivo 3 - Fortalecer redes de atores que promovem mobilização social e incidência em políticas públicas – em âmbito local, nacional e internacional – tendo em vista os direitos educacionais, culturais e da juventude.

A Ação Educativa fomentou e apoiou a criação de redes de jovens; apoiou redes de atores do campo da cultura; produziu e disseminou subsídios para a incidência em políticas de educação; e participou de fóruns e redes, seja em áreas temáticas específicas, seja na defesa de direitos humanos.

- **Articulação de jovens mulheres negras**

O projeto Jovens Mulheres Negras Fortalecidas na luta contra o Racismo e o Sexismo teve como objetivo apoiar e fortalecer grupos de mulheres jovens negras para enfrentar e combater as violações de direitos humanos - com foco nas agendas raciais e de gênero - por meio da articulação de espaços de co-criação e formações complementares. Realizado em parceria com Oxfam Brasil, Instituto Pólis, Ibase, Fase, Criola e Inesc, o projeto teve início em 2016 e envolveu a articulação de espaços de co-criação de jovens mulheres negras em quatro territórios - São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Recife.

Em São Paulo, o projeto foi implementado em parceria com o Instituto Pólis e Oxfam Brasil, e o espaço de co-criação passou a ser chamado pelas jovens de Hub das Pretas São Paulo. E foi nesse espaço que, em 2017, vinte mulheres negras participaram de onze encontros formativos, cujos temas prioritários definidos pelo próprio grupo foram saúde mental da mulher negra e educação antirracista/étnicorracial. Nesse processo as jovens promoveram duas atividades autogestionadas, sobre os temas citados acima.

Com o tema *A África em nós: por uma infância sem racismo*, a primeira atividade autogestionada aconteceu em março na Escola Municipal de Ensino Fundamental Vinícius de Moraes, em Sapopemba. Durante uma tarde, alunos de uma das integrantes do afrohub, Cibele de Paula, tiveram a oportunidade de vivenciar, conhecer e aprofundar de maneira lúdica a cultura africana e afro-brasileira. A experiência teve como ponto de partida o debate em torno do autocuidado, combate ao racismo e infância. Entendida como uma etapa fundamental na constituição dos sujeitos, o impacto do racismo na vida de crianças negras também despontou entre as agendas de luta apresentadas pelo grupo.

A segunda atividade autogestionada veio do amadurecimento do coletivo. Se autocuidado e militância sempre foram assuntos centrais do grupo, quando o debate considerava o contexto de atuação das jovens - o ciberespaço - a reflexão ganhava novos contornos, que justificavam a construção de uma campanha de mobilização e comunicação sobre saúde mental da população negra como proposta final. É neste cenário que nasceu a iniciativa "Reconstruindo o nosso Ori", que se propunha a criar meios de acesso e informação, bem como espaços de

diálogo, sobre a saúde da mulher negra para mulheres negras. Após diagnóstico do campo, avaliação da proposta com convidadas/os, esse processo resultou na parceria com o Aparelha Luzia¹ e Deusas Urbanas e a realização de um dia de atividades, pautando o debate sobre autocuidado nas mais variadas dimensões: teve roda de samba, com feijoada, roda de conversa sobre o impacto do racismo na psique humana, oficinas de maquiagem e turbante, além de uma roda de afeto. O eixo que estruturava esse processo tem relação com o debate que se faz nesse campo do ativismo, que vem pautando como o autocuidado e o fortalecimento de espaços de sociabilidade preta são tão importantes quanto outras agendas na superação do racismo e, sobretudo, na construção de novos modelos de sociedade.

Também foram realizados cinco encontros nacionais de intercâmbio entre os afro hubs, suas realidades locais, desafios e estratégias de resistência e incidência, visando articulação política em cada uma das cidades-sede do projeto. Um desses momentos aconteceu durante o Afro-latinas, um dos principais festivais voltados à Mulher Afro Latino Americana e Caribenha, em Brasília, em que as jovens participaram da programação, inaugurando a presença do evento na Cidade Estrutural, uma das regiões mais empobrecidas do Distrito Federal, e com uma roda de conversa sobre horizontes de luta e incidência na agenda de mulheres negras.

- **Coletivos juvenis periféricos**

O projeto Juventude nas Cidades começou a ser desenvolvido em São Paulo a partir de uma parceria com Oxfam Brasil e Instituto Pólis. As atividades, iniciadas em agosto, envolveram 22 coletivos juvenis das periferias da cidade – a maior parte com atuação no campo de cultura – e buscou fortalecer suas iniciativas, discutindo o direito à cidade e a inserção econômica das/os jovens participantes. Ocorreram um encontro de mobilização e dois encontros formativos com a finalidade de aprofundar e compartilhar conhecimentos. Dois coletivos receberam assessorias para ajudar a organizar eventos. O grupo também foi mobilizado para a realização de duas atividades autogestionadas: a primeira foi uma feira de empreendedores e produtores culturais da periferia, ocorrida no Jardim Ibirapuera, zona sul; a segunda foi um festival cultural chamado Periferia Preta, ocorrida na Fazenda da Juta, na zona leste.

O projeto buscou compreender quais eram agendas, questões e vivências ligadas à sua sustentabilidade, a possibilidade de gerar renda a partir de suas práticas e a ocupação dos espaços da cidade. O processo teve continuidade no ano de 2018, mas já foi possível destacar dois ganhos mais relevantes: a ampliação dos grupos juvenis com as quais a Ação Educativa vem

¹ **Aparelha Luzia** é um espaço de arte, cultura e sociabilidade negra localizada próximo ao centro de São Paulo, que se tornou nosso parceiro ao longo do projeto, não somente disponibilizando o uso do espaço para realização dos encontros, mas também incorporando as temáticas sugeridas em sua programação, além da participação de Erica Malunguinho idealizadora do espaço.

se mantendo parcerias e a possibilidade de desenvolver um olhar para a relação entre cultura e trabalho, conhecendo mais a respeito da realidade destes coletivos. Vale destacar também que surge como agenda importante para os grupos a questão do autocuidado, visto numa dimensão política – afirmar o autocuidado como parte do direito à vida, sobretudo de jovens negras e negros, mantendo vivos desejos, sonhos e perspectivas de futuro dessa população.

- **Território Cultural da Consolação**

A Ação Educativa protagonizou junto com o recém-criado Instituto Moreira Salles – Avenida Paulista, uma ampla articulação de grupos e instituições culturais situadas no distrito da Consolação, somando mais de 200 agentes locais. A ideia é efetivar o dispositivo do TICP – Território de Interesse da Cultura e da Paisagem, previsto no Plano Diretor da Cidade de São Paulo. Essa articulação foi criada efetivamente em março de 2017 e realizou cinco reuniões, um seminário e um plano de trabalho para o biênio 2017 – 2018. O desafio é conseguir a regulamentação do dispositivo no Plano Diretor, por meio de ações de lobby junto à Câmara Municipal e sua efetivação como política pública assegurando os benefícios inerentes. O êxito dessa experiência de território cultural nos dá a perspectiva de apoiar a criação de territórios culturais nas periferias tomando por base os territórios articulados no grupo curatorial do Encontro Estéticas das Periferias. Por outro lado, a participação da Ação Educativa nessa articulação abre inúmeras possibilidades de parcerias e ajuda mútua dada a vasta quantidade de espaços culturais existentes no entorno de nossa sede.

- **Políticas públicas para o graffiti**

A Ação Educativa teve um papel importante em meio ao conflito que se estabeleceu entre a Prefeitura de São Paulo e os/as grafiteiros em virtude da atitude do prefeito João Doria de apagar os graffitis da avenida 23 de Maio numa ação que visava, segundo ele, combater a pichação. O gesto teve imediata e quase generalizada rejeição nos vários segmentos da sociedade. A fim de conter a ira dos artistas de rua, João Doria tratou de corrigir a ação desastrosa, chamando os/as grafiteiros/as para um diálogo que resultou na criação formal da Comissão de Assessoria de Assuntos de Arte Urbana. Essa comissão passou a se reunir na Ação Educativa, pois entendeu que somos um espaço de mediação em função do reconhecimento que alcançamos junto a este segmento de artistas. Mantivemo-nos, todavia, como apoio informal à Comissão. Promovemos debates e colaboramos na formulação de propostas e participamos de uma audiência com o secretário de cultura. A Secretaria Municipal de Cultura criou o MAR – Museu de Arte Urbana que, na prática, é um edital semestral de projetos de graffiti para a Cidade. Colaboramos na primeira edição do referido edital, atuando, inclusive, na comissão julgadora. Em meados do ano, porém, o Prefeito aprovou na Câmara Municipal uma lei que criminaliza pichadores/as colocando em risco também os grafiteiros/as. A relação que já estava fragilizada em função do descrédito dos artistas perante à comissão, esgarçou-se de vez. O esvaziamento foi inevitável. Mas o edital do MAR permaneceu. Um grupo de artistas de rua

criou o Forum do Graffiti de São Paulo como um movimento da sociedade civil que se manteve como instância de interlocução junto à Prefeitura. Seguimos apoiando esse Fórum, mantendo-nos como um espaço de mediação e diálogo. A perspectiva é que esse Fórum conquiste legitimidade junto aos/às grafiteiros/as e possa levar a cabo o desafio de influenciar a formulação de políticas públicas voltadas ao graffiti, objetivo maior de toda essa articulação.

- **De Olho nos Planos de Educação**

Durante o ano de 2017 a Iniciativa De Olho nos Planos lançou e disseminou materiais para estimular a participação social no monitoramento dos Planos de Educação em diversos eventos regionais e nacionais como o XXVIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, a Etapa regional e municipal da Conae 2018 (São Paulo), a 4a Conferência Regional de Educação do ABCDMRR (São Bernardo do Campo), o 16º Fórum da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), o 1º Seminário Técnico da Undime SP, e o 27º Encontro Nacional da Uneme e a Semana de Ação Mundial. Assim, a equipe participou de muitos debates e rodas de conversa para afirmar a importância da participação social no monitoramento dos Planos.

Além disso, foram produzidos um folheto e um vídeo que sintetiza 7 passos para o monitoramento participativo dos Planos e um jogo de cartas para estimular crianças e adolescentes na discussão sobre qualidade da escola e das políticas educacionais.

Em um contexto político de tanta instabilidade e retrocessos no campo dos direitos humanos no país, no qual os Planos vêm sendo esvaziados como instrumento de promoção do direito à educação, a Iniciativa De Olho nos Planos procurou afirmar a importância de fortalecermos rodas, redes e coletivos para defender os Planos de Educação como Planos de Estado. Um resultado importante foi a adesão de 48 municípios à Campanha pela regulamentação da autoavaliação participativa da escola pelos Conselhos de Educação.

- **Campanha Nacional pelo Direito à Educação**

Durante a Semana de Ação Mundial (SAM) 2017, participamos da roda de conversa sobre os Planos de Educação (realizada no Cenpec, São Paulo), de um seminário na Universidade Federal do ABC (UFABC), em Santo André e do evento nacional da Semana de Ação Mundial 2017, em Brasília.

Houve também o encontro de avaliação externa mediado pela equipe da Move nos dias 5, 6 e 7 de dezembro. Os desafios da Campanha dialogam com a conjuntura política educacional do país. Tendo em vista os retrocessos no campo dos direitos humanos e, em especial, do direito humano à educação a principal estratégia da Campanha será fortalecer os Comitês Regionais com ampliação de diálogo, apoio e formação.

- **Fórum de Educação/Conae Municipal**

Assim como outros Fóruns de Educação do país, o Fórum Municipal de Educação de São Paulo, instância participativa que Ação Educativa atuou intensamente junto com outros parceiros para ser criado, sofreu em 2017 a fragilização de suas condições de funcionamento, decorrente em grande parte do desmonte do Fórum Nacional de Educação imposto pelo governo Temer, que repercutiu em todo o país. Mesmo com todas as dificuldades, o Fórum Municipal de Educação conseguiu organizar a etapa municipal da Conferência Nacional de Educação de São Paulo, que foi precedida de encontros em treze regiões de São Paulo. A Conae municipal reuniu cerca de oitocentos participantes. Ação Educativa realizou a palestra de abertura em uma das conferências regionais da cidade, foi responsável pela coordenação do eixo da Conferência Municipal referente à diversidade na educação e pela atividade destinada a promover a participação de crianças e adolescentes na Conferência Municipal. Nesta última, foi utilizado como parte da metodologia um jogo, desenvolvido pela Ação Educativa em 2016, chamado De Olho na Escola, destinado a estimular debates com crianças, adolescentes, jovens e adultos sobre a qualidade do atendimento educacional e ideias para melhorá-la. Na Abertura da Conferência Municipal, também foi exibido o vídeo Monitoramento Participativo dos Planos de Educação, desenvolvido por Ação Educativa como parte da Iniciativa De Olho nos Planos. Com a criação do Fórum Nacional Popular de Educação pelas entidades que foram excluídas pelo governo federal do Fórum Nacional de Educação e por outras contrárias a essa intervenção federal, foi proposta um processo paralelo à Conae: a construção da Conferência Nacional Popular de Educação (Conape). Um dos desafios é, na medida do possível, contribuir para que os resultados da Conae Municipal São Paulo sejam reconhecidos e contribuam também a construção do processo Conape, não contrapondo essas duas Conferências na cidade de São Paulo, já que as duas articularam importantes movimentos sociais de educação.

- **Plataforma DHESCA**

Como parte da Coordenação da Plataforma DHESCA, a Ação Educativa coordenou a construção e o desenvolvimento da Missão Especial sobre os Impactos da Política Econômica de Austeridade na Violação dos Direitos Humanos no Brasil, desenvolvida pelas Relatoras e Relatores de Direitos Humanos da Plataforma DHESCA no período de abril a setembro de 2017.

A Missão teve como objetivo investigar os impactos da política econômica de austeridade adotada pelo governo brasileiro, a partir de 2014, na violação dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais da população e no acirramento das desigualdades no país, em especial, às desigualdades de gênero, raça, campo/cidade, geracionais e entre regiões. Além de contribuir com o diagnóstico da situação, a Missão resultou em um conjunto de recomendações ao Estado brasileiro, entre elas, a revogação da Emenda Constitucional 95.

O Relatório da Missão Especial foi lançado em audiência pública no Senado Federal com a participação de diversos movimentos sociais e com a presença da Procuradora Federal dos

Direitos do Cidadão, Déborah Duprat. Na audiência, também foi lançada uma animação, com base em roteiro elaborado por Ação Educativa, que explica o que é uma política econômica de austeridade e como ela vem destruindo as políticas sociais no país.

Como desdobramentos da Missão, foi realizada em 15 de dezembro, uma ação nas redes sociais (twittaço: Revoga EC95) como marco de um ano da aprovação da Emenda Constitucional 95. Além disso, a Plataforma promoveu no final de 2017 reuniões com diversos parceiros para a construção de uma Campanha Nacional pela Revogação da EC 95 e pelo fim da política econômica de austeridade. A Campanha será lançada no Fórum Social Mundial 2018, a ser realizado em março, em Salvador (BA).

Aprovada em dezembro de 2016, a Emenda Constitucional (EC) 95 estabelece a redução do gasto público em educação, saúde, assistência social e em outras políticas sociais por vinte anos, aprofundando a miséria, acentuando as desigualdades sociais do país, em especial, comprometendo ainda mais as condições de sobrevivência da população pobre e negra. A EC 95 é objeto das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 5633, 5643, 5655, 5658, 5715 e 5743 que solicitam a revogação da Emenda pelo Supremo Tribunal Federal. Todas essas ADIs foram distribuídas à Ministra Rosa Weber.

Ao mesmo tempo em que a revogação da Emenda Constitucional 95 e a mudança da política econômica demonstraram ser agendas muito potentes para agregar diferentes setores do campo progressista e de direitos humanos, a construção da Campanha – como uma ação articulada – enfrenta o desafio de somar em um momento em que as entidades estão fragilizadas e são cada vez mais demandadas por uma conjuntura dramática de desmonte acelerado de políticas sociais e de perseguição e criminalização de defensoras e defensores de direitos humanos.

- **Articulação com redes internacionais**

Foi promovido um processo de articulação com diversas redes internacionais (Systemic Alternatives, Coletivo 660, Attac França, Intercol, Fundação Solón, New Politics) no âmbito do Fórum Social das Resistências de Porto Alegre. Foram realizadas reuniões com o objetivo de estimular iniciativas que possam somar esforços para responder a ameaças em relação à violação dos direitos humanos e fortalecer a disputa do imaginário popular para visões solidárias e ações responsáveis para com os povos e a Terra – encontros, articulações, campanhas.

Como resultado, foram realizadas três atividades durante o Fórum Social Mundial das Resistências de Porto Alegre, com exposições e debate sobre o tema a partir das perspectivas regionais da América do Norte, Europa, América Latina, África (Norte) e África (Centro-Sul), que deram origem a textos analíticos que serão reunidos em uma publicação brasileira.

Objetivo 4 – Produzir e disseminar informações, conhecimentos e posicionamentos afirmando os direitos humanos, a equidade, a diversidade, a democracia e a sustentabilidade socioambiental como valores, contribuindo para formar a opinião pública e apoiando grupos e movimentos que se pautam por esses valores.

Foram realizados estudos e pesquisas sobre os níveis de alfabetismo da população brasileira, sobre educação e relações raciais em Minas Gerais e sobre pensadores de referência na educação de adultos e na educação popular. Debates e seminários abordaram a situação política da América Latina, segurança pública de jovens na periferia de São Paulo, relações entre gênero e educação, e entre gênero, orientação sexual e cultura de periferia. Foram publicados livros e artigos sobre educação de jovens e adultos, igualdade e diferenças nas políticas educacionais, segurança pública na periferia, novas tecnologias digitais de informação e comunicação e sua relação com os níveis de alfabetismo.

- **INAF - Indicador Nacional de Alfabetismo**

Em 2017, demos seguimento à produção de estudos com base nos resultados obtidos na aplicação de 2015. O principal tema desenvolvido foi o letramento digital, sobre o qual produzimos publicação para o CETIC domicílios e participamos de seminário para discutir o tema. Organizaram-se também novos instrumentos para a realização de nova edição do teste em 2018, cujos resultados serão divulgados em julho deste ano por meio de site criado em parceria com o Jornal Nexo. Neste ano vamos fazer uma publicação em português, espanhol e inglês para disseminar na América Latina.

O grande desafio é obter recursos para ampliar as análises que podem ser realizadas com base em uma grande massa de dados produzida. Além disso, há também o desafio de estabelecer parcerias com outros países da América Latina, nos quais encontramos vários problemas em comum aos que são identificados pelo INAF.

- **Educação e relações raciais – Minas Gerais**

No âmbito do projeto *Avaliação da participação dos diferentes atores da comunidade escolar no debate e proposição de ações de enfrentamento ao racismo na Educação em Minas Gerais*, realizado pela Ação Educativa em parceria com o Instituto Unibanco, foram produzidos três estudos. Dois deles, já concluídos: um perfil das escolas de ensino médio do estado e suas formas de enfrentamento do racismo, e um levantamento da percepção de gestores e professores de 15 escolas acerca da existência e características do racismo nas unidades escolares e seu entorno. E foi iniciada uma pesquisa de avaliação dos resultados da utilização, em Minas Gerais, dos Indicadores de Qualidade da Educação – Relações Raciais.

- **Educação popular**

Foram iniciadas duas pesquisas sobre autores de referência na educação popular. A primeira aborda a vida do educador brasileiro Paulo Freire (1921–1997), buscando evidenciar as relações entre sua obra e o contexto em que viveu, as leituras que fez, as relações societárias e seus valores como cristão comprometido com a justiça social.

A segunda se volta ao pensamento de Nikolaj Frederik Severin Grundtvig (1783–1872) e as experiências dinamarquesas de educação popular, denominadas por Folk High Schools, por ele inspiradas. Tem como objetivo traçar paralelos com os fundamentos e as práticas de educação popular desenvolvidas no Brasil, que têm como principal referência o pensamento de Paulo Freire (1921-2007).

- **Conjuntura internacional**

Fruto de uma iniciativa de diversas organizações brasileiras que buscam refletir sobre os desafios atuais da região latino-americana e dando continuidade ao seminário realizado em agosto de 2016, em Montreal, durante o Fórum Social Mundial, no qual foi feita uma avaliação crítica sobre os governos progressistas na região, e contou com ativistas de diferentes países – Nicarágua, Venezuela, Peru, Brasil, Bolívia, Uruguai, Chile e Argentina –, em janeiro de 2017 foi realizada a atividade autogestionada “América Latina: que caminhos seguir” no contexto do Fórum Social das Resistências, em Porto Alegre. Nesta segunda atividade, através dos acúmulos gerados no encontro anterior, buscou-se discutir ações e iniciativas que poderiam ser tomadas para superar a crise de múltiplas naturezas que a região enfrenta. Discutiu-se a conjuntura crítica que a América Latina atravessa e os traços comuns e particulares da situação de vários países da região e seus impactos no campo dos direitos humanos. Estas atividades fazem parte de um processo de análise contínua sobre a região visando a oferecer, por meio de publicações, propostas de superação das dificuldades enfrentadas.

- **Projeto Brasil**

Desde 2016 a Ação Educativa vem participando de uma articulação denominada por Projeto Brasil Popular em conjunto com redes, instituições e pessoas, com forte liderança do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. O objetivo da articulação é o de construir uma proposta para o país que pudesse ser trabalhada junto com grupos da sociedade civil como material de educação popular.

Nosso papel tem sido o de coordenar o Grupo de Trabalho sobre Educação e a participação na coordenação política da articulação. A estrutura de trabalho do Projeto é feito por meio de 34 Grupos de Trabalho sobre diversas temáticas, que se reúnem de acordo com seu ritmo para preparar propostas para os respectivos temas.

As propostas são realizadas de acordo com paradigmas orientadores e se articulam com os demais por meio de Seminários Nacionais. No ano de 2017, além das atividades do Grupo de Trabalho de Educação, participamos de oito reuniões do Comitê Político, três reuniões dos coordenadores de GT (20/02, 24/06 e 25/10) e de um Seminário Nacional (15 e 16/09). Como coordenação do GT Educação, Ação Educativa vai organizar uma oficina de trabalho em fevereiro de 2018 com um grupo de pesquisadores, ativistas, educadores e estudantes para construir as bases da proposta para a Educação.

Entre os desafios, destaca-se a provocação e, muitas vezes, a dificuldade de se pensar em um projeto de país de médio e longo prazo em uma conjuntura tão explosiva, marcada por retrocessos gigantescos nas mais diversas áreas, que demandam a atenção imediata de movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

- **Publicações**

Em 2017 foram lançadas três novas publicações.

Que segurança pública queremos? – pesquisa qualitativa sobre segurança pública sistematiza os debates e propostas apresentadas em oito grupos de diálogo sobre segurança pública, realizados em 2016 com a participação de 180 pessoas – entre jovens, profissionais que atuam com juventude e moradores de Sapopemba e São Mateus, zona leste de São Paulo. A pesquisa teve o papel de abrir espaço para se conhecer mais sobre as visões da juventude periférica e das comunidades que vivenciam a violência contra jovens, de forma a contribuir para o debate sobre segurança pública, em geral muito pouco permeável a esse tipo de escuta. Ao mesmo tempo em que permite discutir as políticas públicas e a atuação policial, ela também possibilita refletir sobre como jovens respondem a problemas que os afetam, especialmente num campo muito contaminado por perspectivas conservadoras e punitivistas.

Formação e práticas na educação de jovens e adultos reúne 12 textos, de diversos autores, e destina-se aos educadores da educação de jovens e adultos, tendo como objetivo dar suporte a processos formativos que venham a ocorrer no âmbito do centro de formação da Ação Educativa ou fora dele. Sabemos que uma das principais dificuldades no campo da educação de jovens e adultos está no campo da formação de educadores, havendo baixíssimos investimentos nessa área.

Igualdade e diferenças nas políticas educacionais – a agenda das diversidades nos governos Lula e Dilma, de Denise Carreira. Com base na análise das chamadas políticas de diversidade nos governos Lula e Dilma e nas teorias da justiça, a coordenadora adjunta da Ação Educativa apresenta como fruto de sua tese de doutorado na Universidade de São Paulo uma reflexão provocativa sobre os limites, as conquistas, as disputas e as contradições da política educacional brasileira entre 2003 e 2014.

Fruto direto de um projeto, o caderno *Que segurança pública queremos?* é distribuído de forma gratuita. Já as duas outras publicações são fruto de um esforço institucional de disponibilizar publicações de qualidade e conteúdo relevantes, a preços acessíveis, e também comercializá-

los em grandes livrarias para que possam ser adquiridos em todos os locais do país. A partir deste ano estas publicações e outras da instituição já podem ser compradas na Livraria Cultura, Amazon, Saraiva e Martins Fontes.

- **Gênero e educação**

A Ação Educativa junto com as organizações parceiras Geledès – Instituto da Mulher Negra, Ecos – Comunicação e Sexualidade, Cladem (Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher) e Fundação Carlos Chagas desenvolveram ao longo de 2017 ações de desdobramento do Projeto Gênero e Educação: fortalecendo uma agenda nas políticas educacionais.

Entre elas, destaca-se o lançamento em agosto do livro *Gênero e Educação: fortalecendo uma agenda nas políticas educacionais* no Seminário Internacional Fazendo Gênero, promovido pelo Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina. Lançamento que reuniu mais de trezentas pesquisadoras e ativistas.

Outra ação importante foi a participação na mesa de debates do Seminário Igualdade de Gênero na Educação e Liberdade de Expressão, promovido em maio pela Clínica de Direitos Humanos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Destaca-se também que as entidades parceiras mantiveram, sem apoio financeiro, o site *Gênero e Educação* e a página no *Facebook* *Gênero e Educação*, divulgando informações, materiais educativos e estudos sobre as questões referentes à agenda.

- **Cultura de periferia, gênero e orientação sexual**

No contexto do Encontro Estéticas das Periferias, e em parceria com o Centro de Pesquisa e Formação do SESC, foi realizado um Ciclo de Debates sobre gênero e orientação sexual e a cultura de periferia, que contou com a participação de 60 pessoas. Tratou-se de uma iniciativa relevante, dada a escassez de espaços de discussão pública sobre esse tema, mesmo no movimento cultural da periferia. Colocar em relevo as demandas e as vozes de artistas mulheres e mulheres trans adensou a reflexão e evidenciou tensões e conflitos que apontam desafios importantes como a busca por paridade de gênero nas ações que desenvolvemos. Mas há outros desafios decorrentes da mudança de gênero por parte de alguns artistas que atuam como líderes em movimentos que não correspondem ao seu gênero atual. A perspectiva é ampliar os debates e promover uma maior inserção dos movimentos LGBTQ+ nas programações do Espaço Cultural Periferia no Centro a exemplo do que vem acontecendo no grupo curatorial do Encontro Estéticas das Periferias.

- **Posicionamentos públicos**

Sempre atenta aos acontecimentos da conjuntura nacional, a Ação Educativa se posicionou publicamente em 2017 de duas formas: reagindo a cenários que ocorreram ao longo do ano, se colocando imediatamente durante ou após os acontecimentos, e de maneira mais analítica, realizando uma espécie de balanço das decisões políticas. No fim de abril, nosso posicionamento se juntou ao chamado de greve geral de movimentos, sindicatos e organizações populares, diante das propostas de Reforma da Previdência e Reforma Trabalhistas. Salientamos, no posicionamento, que reformas profundas não podem ser conduzidas e efetivadas sem ampla participação social.

Em junho de 2017, lançamos nota pública em repúdio ao assédio moral do então Secretário Municipal de Cultura, André Sturm, contra membros de coletivos culturais da periferia. Tal nota foi feita em nome da rede do Encontro Estéticas das Periferias, iniciativa conduzida pela Ação Educativa e diversos movimentos culturais, que mobiliza inúmeros territórios e espaços da cidade. Por fim, em dezembro de 2017, realizamos um posicionamento público de balanço, que tratou dos perversos desdobramentos do golpe institucional de 2016, em especial no campo da educação. Apontamos os efeitos da Emenda Constitucional 95 e a política econômica de austeridade; o desmonte das universidades públicas; a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em prol da constitucionalidade do ensino religioso; os ataques às ações afirmativas com recorte de raça e classe no ensino superior; a apresentação de propostas e de projetos de lei que atendem aos interesses privatistas na educação em todos os níveis, entre outros pontos.

Além dos posicionamentos institucionais, foram publicados, em diferentes veículos, 12 artigos assinados por assessoras e/ou assessores da Ação Educativa, abordando questões variadas como: o esvaziamento das políticas públicas de cultura, com ampliação da atuação do setor privado, no Brasil após o Golpe de 2016; as políticas públicas de certificação de jovens e adultos por meio de exames nacionais para jovens e adultos implantados no Brasil, Chile e México e a inserção dessas políticas na governança internacional; a política pública de educação de jovens e adultos no Brasil desde o fim da ditadura militar no Brasil, em 1985, até os dias atuais; as novas tecnologias digitais de informação e comunicação e sua relação com os níveis de alfabetismo; a educação de jovens e adultos e relações étnico-raciais; a construção de metodologias e estratégias de ensino emancipatórias na EJA; a execução orçamentária das políticas de diversidade nos governos Lula e Dilma: obstáculos e desafios.

- **Presença nas redes sociais e engajamento**

A partir da construção do novo site institucional da Ação Educativa, lançado em dezembro de 2016, a produção de conteúdo noticioso e de divulgação de atividades aumentou em 2017. Ao longo do ano foram produzidas 61 reportagens e notas – um incremento de 15% em relação

a 2016 –, o que contribuiu para o processo de retomada de visitantes únicos do portal institucional, alcançando o índice de 100 mil sessões no período. A sessão é um grupo de interações de usuários com o site que ocorrem em um determinado período. Por exemplo, uma única sessão pode conter várias exibições de página, eventos, interações sociais e transações, tal métrica é uma importante estimativa da nossa audiência.

Considerando a conexão do nosso site com outras páginas e conteúdos já bem posicionados pelos sites de busca por conta do tema, as visualizações de nossas páginas seguem com indicadores significativos, alcançando em 2017 cerca de 200 mil visualizações (11% a mais que em 2016) no site institucional.

Em nosso canal no Facebook, as publicações vão para além dos conteúdos autorais oriundos do nosso site institucional. Foram 533 posts, que mobilizaram - entre curtidas, compartilhamentos e comentários - 37.398 interações, dessas 6.814 foram somente compartilhamentos, métrica fundamental quando pensamos no engajamento do nosso público e na aderência às nossas publicações. Levando em conta a quantidade de usuários que visualizaram uma publicação da Ação Educativa em suas timelines, bem como aqueles que criaram histórias a partir delas, fazendo com que ainda mais pessoas tenham entrado em contato com as nossas publicações, podemos estimar um público potencial no período de mais de 1 milhão de pessoas. Encerramos o ano com 26.859 seguidores em nosso Facebook.

Já no Twitter, não avançamos no processo de produção de conteúdo exclusivo, ainda assim conquistamos 360 novos seguidores, encerrando o período com 14 mil seguidores. Com uma redução na quantidade de transmissões ao vivo, realizadas em parceria com a equipe de TI, lançamos menos vídeos no Youtube, foram 25 em 2017 - uma queda de 70% -, que geraram 27.820 visualizações (um decréscimo de 34%).

- **Inserção na mídia**

A presença da Ação Educativa na imprensa teve alguns destaques. No campo da cultura, o Encontro Estéticas das Periferias 2017 conseguiu uma boa inserção, contando com reportagens no programa Metrópolis, da TV Cultura, que acompanhou a abertura - um espetáculo com grupos de slam - no Auditório Ibirapuera.

No campo da educação, o assassinato da estudante Maria Eduarda Alves da Conceição, de 13 anos, no Rio de Janeiro suscitou um forte debate público sobre a violência como parte da rotina nas escolas. Denise Carreira, coordenadora executiva da Ação Educativa, deu entrevistas para alguns veículos sobre o tema, com destaque para a agência alemã Deutsche Welle, que foi reproduzida em outros portais. Vale ressaltar que os jornalistas chegaram à Ação Educativa por meio da nossa atuação, em 2007, na relatoria especial da Plataforma Dhesca que apurou denúncias de violação dos direitos educativos de crianças, jovens e adultos que frequentavam as escolas públicas do Complexo do Alemão.

As discussões sobre gênero na escola também foram presentes na imprensa e nosso posicionamento serviu como contraponto à falsa perspectiva que prega a “ideologia de gênero”. Em setembro e outubro, por meio da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o ensino religioso confessional nas escolas, nos posicionamos sobre a importância da laicidade na educação em veículos como BBC Brasil, Rede Brasil Atual e Carta Educação com entrevistas de Salomão Ximenes, sócio da Ação Educativa.

O último destaque tem relação direta com a atuação da Ação Educativa na construção da missão especial sobre a política econômica de austeridade e os impactos nos direitos humanos, realizada pela Plataforma Dhesca. Fomos porta-vozes na divulgação dos resultados, pautando na esfera pública os danos causados pela crise econômica e pela aprovação da Emenda Constitucional 95, que impactou diretamente os gastos públicos em políticas sociais.

De modo geral, foram 90 inserções na mídia, sendo que conquistamos espaços nos principais veículos de comunicação - em seus sites ou portais, entre eles ressaltamos: Agência Brasil, BBC Brasil, Carta Capital, Carta Educação, Deutsche Welle, Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, G1, Gazeta do Povo, Istoé, Jornal do Commercio, O Globo, Revista Cláudia, TV Cultura, TVT, UOL.

Resultado Financeiro de 2017

Considerando todas as receitas e despesas de 2017, incluindo receitas do Fundo Institucional de Reserva, a Ação Educativa fechou o exercício com um superávit financeiro no valor de R\$ 314.175,36. Considerando exclusivamente as receitas obtidas para os projetos no ano, o resultado registra um déficit orçamentário no valor de R\$ 1.735.304,38. Tal déficit, porém, deixa de existir por ter sido coberto com a receita proveniente de direitos autorais e locações no valor de R\$ 2.174.294,78.

Quadro 1: Apuração do resultado de 2017

Valores em R\$

Receitas em 2017	9.866.343,48
Despesas em 2017	9.552.168,12
Resultado Financeiro de 2017	314.175,36

Em 2017 a Ação Educativa voltou ao patamar de despesas anuais semelhante ao ano de 2013. Comparadas com 2016, as despesas da Ação Educativa em 2017 diminuíram em um quarto, ou seja, 24,58% - a maior diminuição de sua história. O investimento total nas unidades programáticas, projetos e melhorias no prédio chegou a R\$ 9.552.168,12, conforme demonstrado no quadro 2: Evolução de despesas de 1994 a 2017.

Quadro 2: Evolução de Despesas 1994 a 2017

Valores em R\$

	Despesa Anual	Varição Anual
1994	20.468	Fundação
1995	440.453	-
1996	728.705	65,44%
1997	903.803	24,03%
1998	1.139.515	26,08%
1999	1.401.359	22,98%
2000*	2.048.484	46,18%
2001	2.106.115	2,81%
2002	3.358.752	59,48%
2003	4.986.322	48,46%
2004	5.167.434	3,63%
2005	4.275.927	-17,25%
2006	4.029.360	-5,77%
2007	4.515.536	12,07%
2008	5.451.756	20,73%
2009	5.736.069	5,22%

2010	7.028.483	22,53%
2011	7.611.368	8,29%
2012	7.989.809	4,97%
2013	10.017.771	25,38%
2014	13.090.451	30,67%
2015	13.167.397	0,59%
2016	12.664.543	-3,82%
2017	9.552.168	-24,58%

(*) Sem considerar despesas com aquisição e reforma do imóvel no valor de R\$ 1.184.943. Despesa total em 2000 foi de R\$ 3.233.426.

Considerando os gastos pela natureza das despesas, destacamos as rubricas com maior variação, seja em termos percentuais ou absolutos, na comparação com o ano anterior. Em duas rubricas a variação foi positiva: +2121,17% em móveis e equipamentos e aumento de 64,66% em edifícios e instalações. Estas variações refletem investimentos na preparação do prédio para locação de escritórios e a reforma do elevador. As duas rubricas que mais diminuíram foram a de atividades programáticas, com – R\$ 2.671.088, e a de recursos humanos, com R\$ 690.320 a menos. Isto é reflexo da diminuição do número de projetos em execução, que passou de 39 para 20. É possível observar estas variações no quadro 3, Comparativo de despesas entre 2016 e 2017.

Quadro 3: Comparativo de Despesas entre 2016 e 2017

Despesas por Rubrica	Valores em R\$					
	2016	%	2017	%	Variação	Var. (%)
Recursos Humanos	6.355.051	50,18%	5.664.731	59,30%	-690.320	-10,86%
Atividades Programáticas	5.257.244	41,51%	2.586.157	27,07%	-2.671.088	-50,81%
Edifícios e Instalações	155.458	1,23%	255.979	2,68%	100.521	64,66%
Despesas de Escritório	115.999	0,92%	107.557	1,13%	-8.442	-7,28%
Despesas de Gestão	474.031	3,74%	507.231	5,31%	33.200	7,00%
Despesas Financeiras e Taxas	171.649	1,36%	172.313	1,80%	665	0,39%
Impostos sobre Receitas	98.200	0,78%	64.702	0,68%	-33.498	-34,11%
Acervo	-	0,00%	-	0,00%	0	0,00%
Móveis e Equipamentos	8.745	0,07%	194.239	2,03%	185.494	2121,17%
Despesas não operacionais	28.166	0,00	(740)	-0,01%	-28.906	0,01%
Total de Despesas	12.664.543	100%	9.552.168	100%	-3.112.375	-24,58%

Nas maiores áreas programáticas houve diminuição de despesas entre 2016 e 2017. A Área de Cultura, que abrange 45,31% do orçamento institucional, continuou sendo a maior, seguida pela Área de Educação com 17,12% e pela Área de Juventude com 10%. As diminuições atingiram as áreas do seguinte modo. Educação diminuiu 40,62%. Cultura diminuiu 34,52% e a Juventude diminuiu 6,43%.

A Área de Cultura foi apoiada, em sua maior parte, com recursos públicos de governos estaduais (73,43%) e municipais (15,74%). A Área de Educação, com recursos de Institutos e Fundações Empresariais (61,38%) e de direitos autorais (26,78%). Já na Área de Juventude, 100% dos recursos vieram de órgãos de cooperação internacional.

Importante salientar que há formas diferentes de apresentar as despesas e receitas da instituição. No quadro 4, abaixo, a despesa é apresentada conforme o investimento na Unidade, além disto, não são consideradas despesas com variação do imobilizado nem despesas financeiras. Já no quadro 3, Comparativo de Despesas, acima, são apresentadas todas as despesas da instituição, incluindo despesas financeiras e variação do imobilizado, organizadas pela contabilidade, segundo a natureza da despesa. Isso explica as diferenças dos totais informados em cada um dos quadros.

Quadro 4 - Comparativo de despesas das áreas entre 2016 e 2017

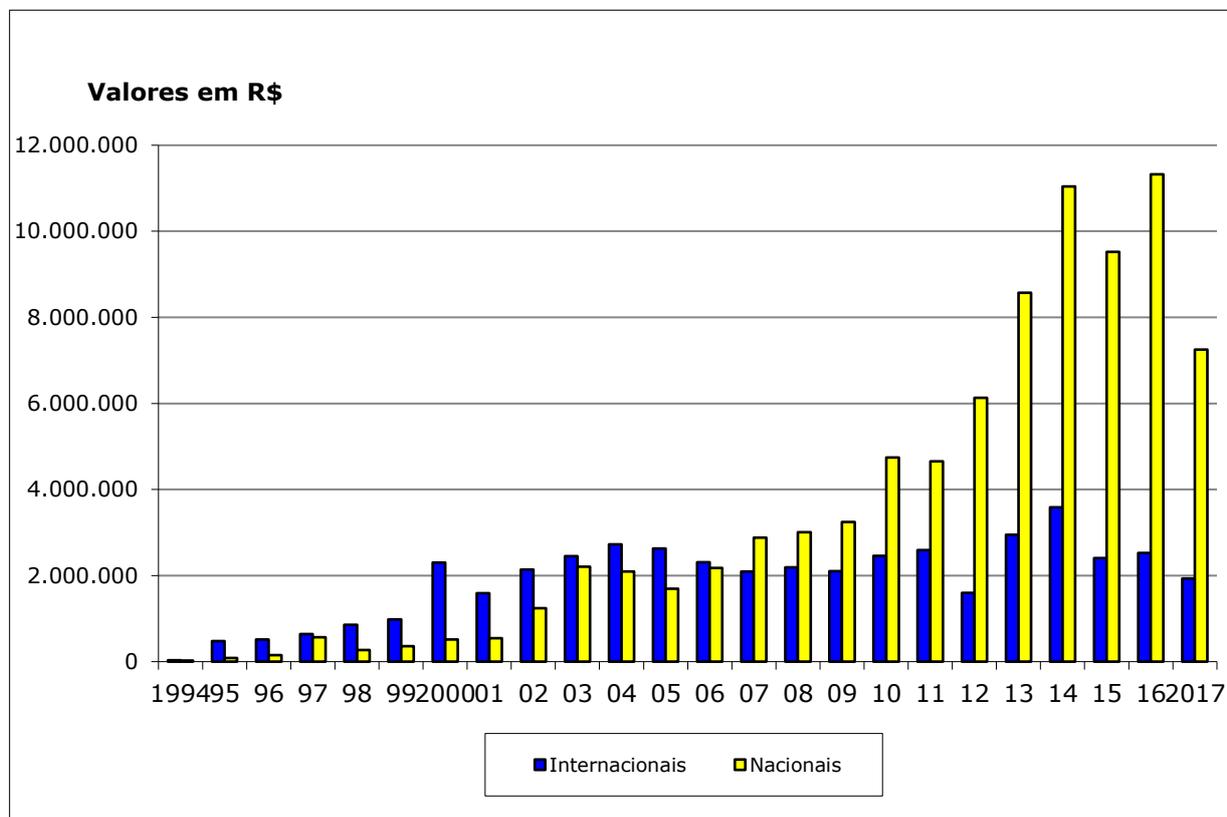
Valores em R\$

Áreas Progra- máticas	2016	%	2017	%	Variação	Var. (%)
Área Cultura	6.482.455	64%	4.244.585	63%	-2.237.870	-35%
Área Educação	2.700.991	27%	1.603.553	24%	-1.097.439	-41%
Área Juventude	1.001.347	10%	936.930	14%	-64.417	-6%
Total dos Des- pesas	10.184.794	100%	6.785.068	100%	3.399.725	-33%

Para termos uma dimensão histórica, considerando os 24 anos da instituição é importante observar o Gráfico 1 abaixo. Excluída a receita financeira, em 2017 tanto a receita nacional como a internacional mantiveram a tendência, iniciada em 2007, de maior volume de recursos nacionais do que internacionais, embora tenham diminuído em termos absolutos. A receita nacional diminuiu para 73,43% do total de recursos da instituição, enquanto em 2016 foi de

78,29%. A receita internacional aumentou para 19,58% do total das receitas em 2017. Em 2016 ela representava 17,48%.

Gráfico 1: Evolução das Fontes de Financiamento de 1994 a 2017



O quadro 5 abaixo detalha a variação de receitas entre 2016 e 2017, evidenciando como se deu a diminuição de R\$ 4.591.204 no total, o que representou 31,74% a menos, comparado com 2016. As diminuições, em 2017, foram registradas em cinco principais fontes: Governos Municipais, menos R\$ 2.805.259; Direitos Autorais, menos R\$ 785.121; Prestações de Serviços, menos R\$ 671.307; Recursos Governamentais Federais, menos R\$ 388.753 e Fundações Internacionais, menos R\$ 347.227.

Por outro lado, houve aumento em outras fontes, com destaque para duas delas: Recursos Governamentais Estaduais, mais R\$ 616.245, e Institutos Empresariais, mais R\$ 370.260.

A variação geral entre receitas de 2016 e 2017 ficou do seguinte modo: a receita nacional ficou menor em R\$ 4.074.086, e a receita internacional diminuiu em R\$ 594.85. Este cenário diferente do ano anterior reflete duas situações.

No âmbito nacional, o reflexo da diminuição do investimento do poder público em projetos centrados em direitos humanos, participação e defesa de direitos, e da desarticulação, por parte do governo federal, do processo de compras de material didático. A diminuição na prestação de serviços se fez sentir em função de mudança nos governos municipais, que demandaram menos serviços. No âmbito internacional estabelecemos menos parcerias com Órgãos de Cooperação, Fundações Internacionais e Organismos Internacionais.

Neste contexto de adversidades, continuamos buscando manter a diversificação de fontes de recursos, sejam elas nacionais ou internacionais. Sempre reafirmamos que isto só é possível porque a instituição pode contar com o apoio internacional e recursos próprios para desenvolver as estratégias de captação de recursos. A novidade do ano foi a instituição da cobrança de inscrição em algumas atividades de formação.

Quadro 5 - Comparativo de Entradas entre 2016 e 2017

Valores em R\$

Receitas por Rubrica	2016	%	2017	%	Variação	Var (%)
Receitas Internacionais	2.527.640	17%	1.932.784	20%	-594.856	-24%
Órgãos de Cooperação Internacional	2.052.564	14%	1.873.987	19%	-178.577	-9%
Fundações Internacionais	374.613	3%	27.386	0%	-347.227	-93%
Organismos Internacionais	100.463	1%	31.411	0%	-69.052	-69%
Receitas Nacionais	11.323.354	78%	7.249.268	73%	-4.074.086	-36%
Recursos Governamentais Federais	388.753	3%	0,00	0%	-388.753	-100%
Recursos Governamentais Estaduais	2.129.241	15%	2.745.486	28%	616.245	29%
Recursos Governamentais Municipais	3.463.973	24%	658.713	7%	-2.805.259	-81%
Empresas Mistas	244.680	2%	5.488	0%	-239.192	-98%
Institutos Empresariais	706.626	5%	1.076.886	11%	370.260	52%
Parcerias c/ ONGs e Associações	6.000	0%	19.887	0%	13.887	231%
Prestação de Serviços (*)	1.132.539	8%	461.232	5%	-671.307	-59%
Direitos Autorais (*)	2.814.369	19%	2.029.248	21%	-785.121	-28%
Patroc./Doações/Filiações/Estoq.	19.189	0%	34.238	0%	15.049	78%
Locações	155.155	1%	182.978	2%	27.824	18%
Venda de Publicações (*)	262.830	2%	35.111	0%	-227.719	0%
Receitas Financeiras	612.042	4%	689.780	7%	77.738	13%
Total de Receitas	14.463.036	100%	9.871.832	100%	-4.591.204	-32%

(*) Os valores das receitas são brutos, os respectivos impostos estão computados como despesa em "Impostos sobre Receitas"

A receita institucional utilizada em 2017 foi de R\$ 2.169.590, conforme o quadro 6, abaixo. Ela é destinada aos custos institucionais e ações estratégicas e inovadoras da instituição. Os recursos institucionais captados no ano somados aos recursos do Fundo Reserva chegaram a R\$ 2.489.254 no exercício. Esta receita é composta por quatro fontes. 1. Receita, no valor de R\$ 2.029.248, proveniente dos direitos autorais sobre livros didáticos vendidos no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), edital que a Ação Educativa venceu em anos anteriores e vigorou para as vendas de 2017. 2. As taxas e despesas administrativas provenientes dos 20 projetos e convênios realizados em 2017, que destinaram 10% ou percentual menor para custos operacionais e de administração ou pagaram diretamente despesas, cujo total foi de R\$ 242.789. 3. O recurso proveniente da locação de salas de escritório e espaços para eventos totalizou R\$ 182.978. 4. A outra parte da receita institucional, proveio do patrocínios e doações de pessoas físicas e jurídicas que atingiram R\$ 34.238.

Quadro 6 - Receitas institucionais

	Valores em R\$	Percentual sobre a receita total
Direitos Autorais sobre edição de livros	2.029.248	13,91%
Taxa administrativa + desp adm paga pelos projetos	426.868	2,93%
Patroc./Doações/Filiações/Estoq.	34.238	0,23%
Locações	182.978	1,25%
Total de recursos institucionais + Fundo Reserva(*)	2.673.332	18,33%
Valor destinado ao Fundo Reserva	319.664	2,19%
Recursos Institucionais disponíveis para 2017	2.353.669	16,14%

(*) Recursos que são parte da receita anual no valor de R\$ 9.871.831,67

Em síntese, podemos reafirmar que os ajustes realizados em 2016 prepararam a organização para manter fundos de reserva que cobriram o déficit orçamentário de 2017 e contribuirão para que a Ação Educativa possa continuar, ao menos em um médio prazo, realizando a sua missão.

Corpo Diretivo e Pessoal

Diretoria

Maria Machado Malta Campos
Cleib Aparecida Cupertino (Baby)
Michelle Prazeres (até maio de 2017)
Vera Masagão Ribeiro (a partir de maio de 2017)

Assessoria da Diretoria

Claudia Lemos Vóvio (até agosto de 2017)
Maria Carla Corrochano
Petronilha Beatriz Gonçalves Silva

Conselho Fiscal

Gisleine Aniceto (a partir de maio de 2017)
Marta Elizabete Vieira Santana – (até outubro de 2017)
Tomás Carmona (até maio de 2017)
Waldemir Bargieri

Sócios Estatutários

Adriana Barbosa
Adriano José Lima de Jesus
Ana Lucia Silva Souza
Ana Paula de Oliveira Corti
Antônio Eleilson Leite
Aparecida Neri de Souza
Aparecida Suelaine Carneiro
Aparecida Suely Carneiro
Atiely Santos
Camilla Croso Silva
Claudia Bandeira (a partir de maio de 2017)
Cláudia Lemos Vóvio
Cleib Aparecida Cupertino (Baby)
Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi
Cristina Meirelles
Denise Carreira
Deusira Souza Barauna Cremaschi
Ednéia Gonçalves (a partir de maio de 2017)
Eliane Ribeiro
Elie George Guimarães Ghanem Junior
Fernanda Campagnucci Pereira
Fernanda Ribeiro do Nascimento (a partir de maio de 2017)
Gabriel Di Pierro Siqueira (a partir de maio de 2017)
Hamilton Farias
Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins
Ismar de Oliveira Soares
José Marcelino Resende Pinto - Denise
Juliane Cintra de Oliveira (a partir de maio de 2017)
Lucia Cassab Nader (até maio de 2017)

Luciana Cesar Guimarães
Luciana Martinelli
Luiz Barata
Luiz Eduardo Wanderley
Marcos José Pereira da Silva
Maria Carla Corrochano
Maria Clara Di Pierro
Maria Claudia Vieira Fernandes
Maria Machado Malta Campos
Maria Virgínia de Freitas - Magi
Mariângela Graciano
Marilia Pontes Sposito
Marta Kohl de Oliveira
Michelle Prazeres
Milton Alves dos Santos
Orlando Joia
Pedro de Carvalho Pontual (a partir de maio de 2017)
Petronilha B. Gonçalves Silva
Raquel Souza dos Santos
Regina Célia de Oliveira Costa
Regina Miyeko Oshiro
Regina Soares Jurkiewicz
Renato Márcio Nascimento
Renato Souza de Almeida
Roberto Catelli Júnior
Salomão Barros Ximenes
Sérgio Haddad
Vera Masagão Ribeiro
Vicente Rodriguez
Waldemir Bargieri

Coordenação Executiva

Vera Masagão Ribeiro – Coordenadora Geral (até maio de 2017)
Maria Virgínia de Freitas – Coordenadora Geral (a partir de maio de 2017)
Denise Carreira – Coordenadora Adjunta
Roberto Catelli - Coordenador Adjunto (a partir de maio de 2017)
Carolina de Moura Barbati – Assistente

Áreas programáticas

Educação

Denise Carreira Soares – Coordenadora

Roberto Catelli Jr.– Coordenador

Cláudia Bandeira – Assessora

Barbara Gomes – Assessora (a partir de novembro de 2017)

Ednéia Gonçalves – Assessora

Fernando Konesuk – Assessor (a partir de novembro de 2017)

Luis Felipe Soares Serrao – Assessor (até fevereiro de 2017)

Lucimara Domingues – Assessora (a partir de maio de 2017)

Stephanie Kim Abe – Jornalista

Ana Paula Maia da Silva – Estagiária (a partir de outubro de 2017)

Suzane Jardim – Estagiária (a partir de abril de 2017)

Juventude

Maria Virgínia de Freitas - Coordenadora

Gabriel Di Pierro Siqueira – Coordenador (a partir de maio de 2017)

Bárbara Lopes – Assessora

Luis Felipe Soares Serrao – Assessor (até fevereiro de 2017)

Marcio J Macedo – Assessor

Raquel Luanda – Assessora

Louise Marinho – Estagiária

Aniely da Silva Santos - Aprendiz

Jheniffer Gomes de Sousa Santos – Aprendiz

Cultura

Antonio Eleilson Leite – Coordenador

Marília Fróis – Assessora

Elizandra Sousa– Assessora (até agosto de 2017)

Bergman de Paula Pereira - Coordenadora de área Projeto Arte na Casa

Glauciana Souza - Coordenadora de área Projeto Arte na Casa

Fernanda Ribeiro do Nascimento – Coordenadora de área Projeto Arte na Casa

Arte Educadores

Aldo Eleandro S Dias (até agosto de 2017)

Ana Maria da Silva

André Firmiano Virgino

Bruno Marques Lins

Carlos Bezerra (a partir de julho de 2017)

Cristiane Bernardino Dias
Daniel Gise Maria de Almeida
Daniela Helena Biancardi (até maio de 2017)
Diane Boda (até julho de 2017)
Edinaldo André do Santos
Elaine de Carvalho da Silva França (a partir de abril de 2017)
Ewerton Mauricio (até abril de 2017)
Galvani Gonçalves Sarmiento Neto
Jefferson Baptista dos Santos
José Geraldo da Silva
Julia Indira Peixoto
Luana Thalita Rodrigues de Souza
Marcel Cabral Couto
Marcelo dos Santos Souza (até abril de 2017)
Marcos Augusto Santos Souza (a partir de outubro de 2017)
Maria Amélia Reis
Paulo Sérgio da Silva (a partir de setembro de 2017)
Pedro Miguel
Rafael Lorena de Pinho (a partir de julho de 2017)
Robson Francisco
Ronei Francisco Tadeu Gulke (a partir de outubro de 2017)
Roney da Cruz
Tatiana Botelho de Andrade
Victor Luiz da Silva Santos
Wender F.B. Moura
Wiara Santos da Silva (a partir de abril de 2017)

Centro de Formação: Educação Popular, Cultura e Direitos Humanos

Denise Carreira – Coordenadora
Alexandre Akio Suenaga – Assessor (a partir de outubro de 2017)
Denise Eloy – Assessora de comunicação

Projetos Especiais

Sérgio Haddad – Coordenador
Filomena Siqueira e Silva – Assessora (até fevereiro de 2017)
Janáína Yuri – Assessora

Unidades de Suporte

1. Administração, finanças e infraestrutura

Marcos José Pereira da Silva – Coordenador administrativo e financeiro
Karoline Raquel de Aquino Matos - Supervisão administrativo e financeiro (até outubro 2017)
Marta Elisabete – Supervisão administrativo e financeiro (a partir de outubro de 2017)
Camila Menezes – Analista Administrativo Financeiro
Aldair Torres Guedes - Assistente Administrativo Financeiro Jr
Fernando Santos Lira – Assistente Administrativo Financeiro Jr
Marcelo Amaro de Souza – Assistente Administrativo e Financeiro
Monica Gomes de Oliveira – Assessora Administrativo e Financeiro (até abril de 2017)
Eliana de Souza Vitor Costa – Auxiliar Administrativo e Financeiro
Isaias Fraga de Souza - Auxiliar Administrativo
Laylla Mariano – Auxiliar Administrativo
Michele Dayane dos Santos - Assistente de RH e DP
Moisés S Silva – Estagiário (até março de 2017)
Deusira Sousa Baraúna Cremaschi – Recepcionista
Francisco Moreira de Souza – Porteiro
Macildo Pedro da Silva - Zelador
Daianne Rodrigues – Auxiliar de Serviços Gerais (até julho de 2017)
Luiza Conceição – Auxiliar de Serviços Gerais
Cleonice M. Silva – Auxiliar de Serviços Gerais
Ednailde S. de Jesus – Auxiliar de Serviços Gerais
Jenilda R. Bispo – Auxiliar de Serviços Gerais
Maria Cicera F. Costa - Auxiliar de Serviços Gerais

2. Comunicação institucional, Centro de Eventos e TI

Juliane Cintra – Coordenadora
Denise Eloy – Assessora de comunicação
Gledson Bellei Neix – Webdesign
Melissa Gonçalves – Produtora cultural
Gustavo Pagador - Estagiário
Julio Witer – Estagiário (até outubro de 2017)
Waldirey Pires de Matos Junior – Analista de Suporte
Felipe Santos de Melo – Técnico de Computadores
Mario Sérgio de Thomaz – Consultor

3. Editorial

Roberto Catelli Jr.- Coordenador
Daniele Brait – Assessora editorial

Apoios

RECEITAS INTERNACIONAIS

AGÊNCIAS INTERNACIONAIS DE COOPERAÇÃO

UNICEF

Pão Para o Mundo

OXFAM Brasil

Fundação Avina

Fundação Ford

Fundação Open Society

TDH Terre des Hommes Alemanha

Wikimedia Foundation

CCFD França

Centro de Estudios Sociales CIDPA

Comite Catholique Contre La Faim

RECEITAS NACIONAIS

AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

Petrobrás S/A

Fundação Casa

Secretaria Municipal de Cultura - CCJ

PRONAC

Fumcad

PROAC

AGÊNCIAS E ORG. PRIVADAS

Instituto C&A

IBASE - Instituto Bras. de analises Soc. Econom.

Instituto Unibanco

Fundação Carlos Chagas

Fundação Vale

Fundação Via Varejo

Instituto Moreira Salle

Anexo A

Detalhamento financeiro das receitas e despesas do projeto Arte na Casa, Termo de Colaboração: 011/2016 e demais projetos e atividades da área da Cultura.

Recursos recebidos em 2017 e despesas por financiador para realização das atividades da área de Cultura

1 – Demonstração financeira dos Recursos Públicos: Fundação Casa: Projeto “Arte na casa”: Termo de Colaboração: 011/2016 (processo 1724-16), valores em R\$

Saldos bancários em 31 de dezembro de 2016	Receitas transferidas pela Fundação Casa em 2017	Rendimentos Líquidos de Aplicações Financeiras 2017	Despesas no ano de 2017, recursos humanos mais despesas diretas e indiretas	Despesas contabilizadas em 2017, a pagar nos exercícios seguintes	Saldos Conciliação bancária em 31 de dezembro de 2017
411.361,33	2.634.437,39	32.549,41	- 2.525.155,69	- 553.192,44	553.192,44

2 - Demais projetos da área da Cultura e suas fontes de recursos

Financiador/projeto	Receitas 2017	Total Despesas	Saldo Final em 2017
POEMA - Materiais Diversos	-	59,20	- 59,20
Dia do Grafite	-	18.837,32	- 18.837,32
Estéticas da Periferias 2017	40.041,89	35.713,92	4.327,97
Espaço Cultural	40.574,87	97.808,04	- 57.233,17
CCJ - Jovem Monitor Cultural	582.942,23	564.132,70	18.809,53
Rede Brasileira de Futebol - TDH 2017	106.320,83	106.321,43	- 0,60
PRONAC 158238	29.720,18	29.570,78	149,40
Cultura de Periferia - Via Varejo	72,39	252,06	- 179,67
Seja Digital - Mobilização Comunitária	141.372,74	141.372,74	-
Difusão Cultural - Via Varejo	67.174,11	67.174,11	-
PROAC 19799	292.475,15	292.474,72	0,43
IMS - Estéticas das Periferias	15.000,00	14.750,00	250,00
PROAC 1092017 - Sala de exposições	9.557,00	10.974,70	- 1.417,70
Seja Digital - Rio Preto	1.513,86	1.513,86	- 0,00

ANEXO B - Listagem de atividades

I - Assessorias

A grupos de jovens

<p>Loka de Efavirenz, Coletivo Si, yo puedo, Ocupa PI/DRR/Lost in Lest, Levante Mulher, (Sob)re Medidas, Natural Brotherhood, Casa dos Meninos, Baque Atitude, Espelho, Espelho Meu, CIA Teatral Artemanha, CIA Grama Verde, The Funkers, Ecoativa /Imargem, Projeto Cala-Boca já morreu - Porque nós também temos o que dizer, Tamo Vivo, Feira Livre de Quebras, Literatura Suburbana, Nós Madalenas, Babado Periférico/Cine Campana e Coletivo Rua, Núcleo Dandara, Ponto de Cultura Periferia Preta, Levante Popular da Juventude.</p>	<p>Realizado, com apoio da Ação Educativa, o evento autogestionado Festival Periferia Preta, que ocupou uma praça pública no bairro da Fazenda da Juta, em Sapopemba, com atividades culturais de coletivos e jovens, reunindo cerca de 300 pessoas.</p>
--	--

A escolas públicas ou comunidades escolares

Organização	Resultados no ano
<p>E.E Moacyr Campos, E.E Sapopemba, EMEIEF Profª Sônia A. Marques, EMEIEF Darcy Ribeiro, CPFP João Amazonas EMEIEF Cora Coralina, EMEIEF Dom Jorge, EMEIEF Carolina Maria de Jesus, EMEIEF Comendador Piero Pollone, EMEIEF João de Barros, CPFP Armando Mazzo, EMEIEF Machado de Assis, EMEIEF Chico Mendes, E.E. Profa Carlina Caçapava, EE Prof. João Vieira de Almeida</p>	<p>Realizados ciclos de oficinas sobre escolha, formação, inserção profissional para 673 jovens estudantes.</p>

A órgãos da administração pública

Organização	Resultados no ano
<p>Fundação Casa</p>	<p>Realizada assessoria técnica e material que viabilizou um ciclo de oficinas sobre escolha, formação e inserção profissional para 20 jovens da unidade da Vila Guilherme.</p>

A ONGs, OSCs, instituições de ensino superior

Organização	Resultados no ano
<p>Espro – Ensino Social profissionalizante</p>	<p>Realizado ciclo de oficinas sobre escolha, formação e inserção profissional para 35 jovens.</p>
<p>Sesc São Paulo</p>	<p>Apoio técnico para a concepção e realização, pelo Sesc São Paulo, do "Seminário Jovens e Trabalho: Dilemas, Invenções e Caminhos", que ocorreu nos dias 13 e 14 de setembro na unidade do Sesc Bom Retiro.</p>
<p>Projeto Quixote</p>	<p>Realizada formação de 4 horas em curso dirigido a 28 profissionais do sistema socioeducativo, com foco na inserção de jovens no mundo do trabalho.</p>

Associação Vaga Lume	Reformulados instrumentos e metodologia de criação de avaliação das bibliotecas comunitárias
Fundação Ayrton Senna	Reelaborados instrumentos de avaliação do Projeto Fórmula da Vitória
Fundação CSN / Programa Garoto Cidadão	Elaboradas orientações para construção de estratégias de formação voltada à formação profissional no campo da cultura, voltada a jovens de 16 a 18 anos que estão em processo de saída do Programa Garoto Cidadão.

A articulações intersetoriais

Organização	Resultados no ano
Território Cultural da Consolação	Criado um curso de extensão a partir da articulação do Território Cultural da Consolação, envolvendo três importantes organizações de ensino da região (Mackenzie, Escola da Cidade e Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo). Realizado um seminário.

II - Atividades de Formação

Dirigidas a jovens

Instituição beneficiária ou promotora	Turmas	Total de horas por turma	Total de participantes	Período	Descrição da atividade (conteúdo, resultados)
Prefeitura de São Paulo SMC	3	360	36	Jan – Mar	Formação teórica e prática voltada a jovens monitores culturais
Ação Educativa - Juventude com Direitos	2	100	40	Jan – Nov	Dois ciclos formativos sobre direitos da juventude, raça e gênero, dirigida a jovens com idades entre 16 e 22 anos, moradores de Sapopemba e São Mateus. Realizada semanalmente na sede da Ação Educativa, com atividades complementares. A primeira turma iniciou em 2016, retomou em janeiro e concluiu as atividades em maio e a segunda turma iniciou em junho e concluiu as atividades em novembro.
Fundação Casa	76	32/h trimestrais	1942	Jan – Dez	Oficinas de arte e cultura para adolescentes em medida socioeducativa de privação de liberdade.
Organizações comunitárias	1	15	12	Jan – Dez	Formação permanente de futebol de rua nos polos da Rede Paulista de Futebol de Rua
Ação Educativa – Jovens Mulheres Negras	1	85	21	Jan – Dez	Formações a respeito do racismo e sexismo dirigidas a jovens mulheres negras ativistas, com a finalidade de aprofundar seus conhecimentos, fortalecer suas práticas e promover ações coletivas autogestionadas.

Ação Educativa – Tô no Rumor	46	20	1313	Abr – Dez	Oficinas de formação em escolas públicas de ensino médio e EJA da região metropolitana de São Paulo, a respeito da escolha, formação e inserção profissional de jovens.
Instituto Ana Rosa	1	4	42	4 de maio	Formação de 4 horas para jovens que frequentam o Instituto, a respeito de escolha, formação e inserção profissional de jovens, utilizando a metodologia Tô no Rumor.
Ação Educativa - Juventude nas cidades	1	32	35	Set – Dez	Realizados quatro encontros formativos de oito horas, dirigidos a jovens de coletivos juvenis das periferias da cidade de São Paulo, os quais trataram dos temas do direito à cidade e inserção econômica de coletivos juvenis.
Ação Educativa e Instituto AMMA Psique e Negritude	1	12	3	25 de novembro, 09 e 16 de dezembro	<i>Adolescendo Abayomis: Amizade, Carinho e Trocas</i> é uma roda de conversa para adolescentes entre 14-16 anos de idade que se identifiquem racialmente como negras. Os encontros foram mediados por uma psicóloga e uma pedagoga e buscam ofertar um espaço de acolhimento e trocas afetivas para a construção e fortalecimento de identidade racial positiva. Esta é uma atividade permanente do Centro de Formação: Educação Popular, Cultura e Direitos Humanos que foi iniciada em 2017 e continua em 2018.

Dirigidas a educadores (professores, equipes técnicas, alfabetizadores comunitários etc.)

Instituição beneficiária ou promotora	Turmas	Total horas	Total Participantes	Período	Descrição da atividade (conteúdo, resultados)
Cursinho Popular Transformação	1	40	30	20 de maio	Formação de educadores do Cursinho Popular Transformação
Ação Educativa e Universidade Federal do ABC (UFABC)	1	28	33	Mai – Jun	Curso de extensão universitária, com foco no uso da metodologia Tô no Rumor sobre escolha, formação e inserção profissional de jovens.
Núcleo Gestor do Projeto UBUNTU-NUPEAAs da SEE-MG	1	32	13	22 a 23 de junho e 31 de agosto a 01 de setembro	Formação de 13 formadores (8 independentes e 5 do núcleo gestor da SEE-MG) visando a implementação da metodologia Indique Relações Raciais na rede pública de ensino médio do Estado.

Ação Educativa e ETEC CEPAM	1	100	29	11 de setembro a 17 de outubro	Voltado à formação profissional de educador social, o curso teve uma grande procura, com mais de 20 candidatos por vaga. Ao longo do curso os estudantes foram convidados a desenvolver propostas de intervenção a partir das aprendizagens no curso. A avaliação do curso por parte de estudantes e educadores foi bastante positiva e houve o interesse por continuidade de formações na área.
Ação Educativa e Rede do Cuidado	1	16	10	17 e 24 de novembro e 08 de dezembro	A oficina <i>Direitos Humanos em Jogos Cooperativos de Tabuleiro</i> , com carga horária de 16h, apresentou e aplicou uma diversidade de Jogos Cooperativos de Tabuleiro criada e vivida por educadoras e educadores da Rede do Cuidado. A partir dessas vivências, as participantes experimentaram uma série de jogos com referenciais solidários e cooperativos, passando pelos Direitos do Planeta, pelos sentimentos, pelos valores, pela poética, pelos Direitos da Criança, pela música popular brasileira, pelos Direitos Humanos, pelo Bem Viver, etc. Os jogos apresentam um projeto de sociedade alternativo, uma aposta na participação de todos e todas, no crescimento da organização, na alegria da conquista conjunta.

Dirigidas a ativistas de movimentos sociais, agentes de ONGs

Instituição beneficiária ou promotora	Turmas	Total horas	Total Participantes	Período	Descrição da atividade (conteúdo, resultados)
Comitê de Pais e Mães em apoio a estudantes em luta	1	24	32	Abr – Jun	Seis encontros formativos para jovens ativistas com foco nas políticas educacionais brasileiras, organização política e movimentos autonomistas, feminismo negro, educação libertária e comunicação dirigida ao ativismo.

Ação Educativa e professor Carlos Eduardo Dias Machado	1	20	19	18 e 25 de novembro 02, 09 e 16 de dezembro	O curso <i>História da Ciência, Tecnologia e Inovação Africana e Afrodescendente</i> buscou promover o conhecimento da produção tecnológica dos povos africanos e afrodescendentes na diáspora que por séculos foi ocultada. Essas contribuições são provenientes da pesquisa e trabalho do Professor Carlos Machado.
--	---	----	----	---	---

Dirigidas a equipes técnicas e outros membros dos poderes públicos

Instituição beneficiária ou promotora	Turmas	Total horas	Total Participantes	Período	Descrição da atividade (conteúdo, resultados)
Prefeitura de São Paulo – Secretaria de Assistência Social	03	28	33	Set – Nov	Formação na metodologia do futebol de rua como instrumento sociopedagógico voltado à educação para os direitos humanos

Dirigidas a públicos mistos

Instituição beneficiária ou promotora	Turmas	Total horas	Total Participantes	Período	Descrição da atividade (conteúdo, resultados)
Ação Educativa	Sesc	3	97	11 de julho	Abertura da Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular Jurema Werneck, Carmen Silva e Darci Frigo
Ação Educativa em parceria com a Pastoral Carcerária; Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC); Conectas Direitos Humanos; Coletivo Libertas; Defensoria Pública do Estado de São Paulo (Núcleo de Situação Carcerária)	1	4	57	11 de julho	Seminário O Sistema Prisional no Brasil e a garantia do Direito Humano à Educação em contextos de privação de liberdade (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular) O Seminário pretendeu refletir sobre o lugar da educação no sistema prisional do Brasil e as políticas educacionais que vêm sendo implementadas para a efetivação do direito humano à educação das pessoas privadas de liberdade no país. Formadores: Claudia Bandeira, Barbara Heliodora, Francisco de Barros Crozera, Henrique Finoti, Roberto Catelli e Zoraide Caobianco Modenutte

<p>Ação Educativa em parceria com a Associação Cultural Cachuera!</p>	<p>1</p>	<p>3</p>	<p>6</p>	<p>11 de julho</p>	<p>Introdução ao Jongo da região Sudeste (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular)</p> <p>Com base no acúmulo do Espaço Cachuera, o educador e pesquisador Renato Ihu apresentou uma introdução ao Jongo da região Sudeste, contextualizando essa importante manifestação cultural afro-brasileira. Foram realizadas também vivências de jongo com as/os participantes, tendo como foco as comunidades jongueiras de São Paulo e do Rio de Janeiro.</p>
<p>Ação Educativa em parceria com o Cladem - Comitê Latino-americano e do Caribe para Defesa dos Direitos das Mulheres; Clínica de Direitos Humanos/PUC-SP "Maria Augusta Thomaz"; Rede Feminista de Juristas DeFEMde</p>	<p>1</p>	<p>4</p>	<p>19</p>	<p>11 de julho</p>	<p>Violência de gênero nas Universidades (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular)</p> <p>As notícias de estupro e assédio no ambiente universitário ganharam grande repercussão no Estado de São Paulo. A atividade busca uma troca de informações sobre respostas para além da responsabilidade individual do agressor e como alcançar as instituições de ensino. Formadoras: Ingrid Leão, Silvia Pimentel, Ana Toscano, Anna Norman-ton e Tainá Gois</p>
<p>Ação Educativa em parceria com a Escola de Governo</p>	<p>1</p>	<p>3</p>	<p>26</p>	<p>11 de julho</p>	<p>Direitos Humanos: Poder soberano e a democracia direta (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular)</p> <p>A formação discutiu a necessidade de incrementarmos a democracia para definitivamente alcançarmos outro patamar da soberania popular. Formadores: Maurício Piragino, Américo Sampaio e Pedro Aguerre</p>

<p>Ação Educativa em parceria com a Plataforma DHESCA</p>	<p>1</p>	<p>4</p>	<p>39</p>	<p>11 de julho</p>	<p>Austeridade e violação dos direitos humanos: questionando o fundamentalismo econômico (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular)</p> <p>Com base em estudos como "Austeridade e Retrocesso" (2016) e "A Economia Desumana: porque mata a austeridade" (2014), a oficina de educação popular apresentou uma introdução ao debate sobre a relação economia e direitos humanos, abordando o impacto das políticas econômicas de austeridade adotadas pelo governo federal a partir de 2014 no aumento das violações dos direitos humanos e das desigualdades no Brasil, em especial, às referentes a gênero e raça. Formadoras: Denise Carreira, Júlia Dias e Juliane Cintra</p>
<p>Ação Educativa</p>	<p>1</p>	<p>3</p>	<p>15</p>	<p>11 de julho</p>	<p>Literatura periférica (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular)</p> <p>A formação apresentou um panorama da produção literária da periferia de São Paulo a partir da publicação do romance Capão Pecado, de Ferréz (2000), até os dias atuais, identificando os/as principais autores/as e estabelecendo a distinção entre a produção em prosa, associada à cultura hip hop acentuadamente crítica, porém cética ("no beco escuro explode a violência") e a poesia, semeada em abundância no contexto dos saraus, igualmente crítica, mas irreverente e esperançosa ("da laje avisto o céu azul coberto de pipas"). Formador: Eleilson Leite</p>

Ação Educativa	1	3	22	11 de julho	<p>Navegando na pós-verdade (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular)</p> <p>A disseminação de boatos tem tido um impacto importante na política mundial. Esse fenômeno tem sido conhecido como pós-verdade. Neste cenário, as ferramentas de leitura crítica dos meios de comunicação tornam-se fundamentais para a disputa por valores democráticos. Nesta oficina, foram abordados alguns desses princípios e ferramentas: desconfiar do que é publicado, mas não desconfiar igualmente de tudo (reconhecendo pontos de credibilidade ou não de cada mídia e veículo), procurar sair da bolha, entender o funcionamento dos veículos jornalísticos (por exemplo, o uso de fontes anônimas) e de sua recepção (como o viés de confirmação, que nos faz dar mais credibilidade para notícias que confirmam nossa visão de mundo pré-existente). Formadoras: Bárbara Lopes, Denise Eloy e Juliane Cintra</p>
Ação Educativa em parceria com o SESC	1	3	21	12 de julho	<p>Histórias do Refúgio (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular)</p> <p>A formação teve o objetivo de aproximar o público do tema Refúgio, além de possibilitar aos participantes um diálogo próximo com pessoas que tiveram seus direitos humanos violados, suas histórias de vida e chegada ao Brasil. Formadores: Denise Orlandi Collus (Núcleo Direitos Humanos da Gerência de Estudos e Programas Sociais - Sesc SP), Silvie Mutiene Ngkang (República Democrática do Congo) e Amjad Abdalkareem Ali Miehem (Palestina).</p>

Ação Educativa	1	4	55	12 de julho	<p>Escola Sem Partido: desconstruindo o discurso (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular)</p> <p>Baseado no livro "A Ideologia do Movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso" (Ação Educativa, 2016), a oficina abordou os diferentes aspectos presentes no discurso e na prática política deste movimento autoritário que ameaça o direito humano à educação no país. Em especial, abordou o Projeto de Lei que tramita no Congresso Nacional, proposto pelo Escola sem Partido, e formas de resistência coletiva que possibilitem barrar esse grande retrocesso. Formadores: Denise Carreira, Ednéia Gonçalves, Magi Freitas e Roberto Catelli</p>
Ação Educativa em parceria com a Coletiva Luana Barbosa	1	3	14	12 de julho	<p>A invisibilidade de mulheres negras lésbicas e bissexuais (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular)</p> <p>Nessa formação, a Coletiva Luana Barbosa trouxe dados e estatísticas de mulheres lésbicas que foram assassinadas pela lesbofobia. O objetivo foi trazer a discussão sobre as carências que a comunidade lésbica vivencia em todos âmbitos, inclusive dentro dos movimentos sociais. Formadoras: Ariane Oliveira e Ane Sarinara</p>
Ação Educativa	1	3	23	12 de julho	<p>Os Processos de transição e a importância das comissões da verdade: as experiências de Argentina, Chile e Brasil (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular)</p> <p>As Comissões da Verdade se inscrevem na busca por efetivar o direito à verdade e à memória e podem transformar-se em um ponto de partida para que outras medidas essenciais da Justiça de Transição sejam implementadas. A formação aprofundou os casos da Argentina, do Chile e do Brasil como uma forma de entender a importância do trabalho destas comissões nos processos de transição democrática, assim como discutir sobre os limites que elas apresentam. Formadora: Maria Antonieta Mendizabal</p>

Ação Educativa em parceria com Jovens Mulheres Negras	1	4	13	12 de julho	<p>Jovens Mulheres Negras e incidência política (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular)</p> <p>Exposição dialogada sobre as formas de incidência política construídas por jovens mulheres negras a partir da experiência nacional intitulada "Mulheres negras fortalecidas na luta contra o racismo e o sexismo", que começa a ser implementada em conjunto por Oxfam Brasil, Criola, Ação Educativa, FASE, IBASE, INESC e Instituto Pólis (todas organizações do campo de defesa de direitos) no segundo semestre de 2016. Formadoras: Juliane Cintra e Raquel Luanda</p>
Ação Educativa	1	3	18	12 de julho	<p>Participação de crianças e adolescentes: o jogo De Olho na Escola (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular)</p> <p>A oficina abordou a importância da participação de crianças e adolescentes nas escolas e nas políticas educacionais tendo como base o guia "A Participação de Crianças e Adolescentes nos Planos de Educação" (De Olho nos Planos, 2013). Serão realizadas brincadeiras e vivências com o Jogo De Olho na Escola, metodologia desenvolvida pela Ação Educativa para estimular a participação de crianças e adolescentes no debate sobre qualidade em educação. Formadoras: Cláudia Bandeira, Denise Carreira e Stephanie Kim Abe</p>
Ação Educativa	1	3	19	12 de julho	<p>Artevismo (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular)</p> <p>Apresentação do Graffiti, especialmente o stencil e a técnica do lambe lambe, como suporte para difusão de mensagens de cunho político em diferentes ações de ativismo, demonstrando o grande potencial de comunicação de tais técnicas, bem como a facilidade de produzi-las e utilizá-las. Formador: Thiago Vaz</p>

Ação Educativa	1	8	26	12 de julho	<p>Cartografia cultural (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular)</p> <p>A proposta foi inserir o participante no universo da cartografia cultural, instrumento que passou a ser mais acessível pelo advento das tecnologias da informação. A partir desse cenário, comunidades, grupos e coletivos, passam a criar e circular suas próprias representações geográfico-espaciais. A cartografia cultural evidencia a relação entre a ação cultural e o território, construindo mapas complexos, que ao mesmo tempo identificam: a localização de espaços e fluxos; interações atemporais e subjetivas. Com uma abordagem teórica e prática, a oficina possibilitou a elaboração de mapas a partir das referências de território dadas pelos participantes. Formador: Aluizio Marino</p>
Ação Educativa	1	8	14	12 de julho	<p>Rede Paulista de Futebol de Rua (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular)</p> <p>O objetivo da formação foi apresentar a metodologia do Futebol de Rua como uma prática de garantia de direitos humanos. Formadores: Representantes da Rede de Futebol de Rua</p>
Ação Educativa	1	3	40	13 de julho	<p>Paulo Freire vida e obra: uma introdução (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular)</p> <p>A formação foi uma oficina introdutória sobre a vida e a obra do educador Paulo Freire, com orientações sobre como aprofundar o conhecimento sobre o autor. Formador: Sérgio Haddad</p>

<p>Ação Educativa em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo; Fundo Brasil Direitos Humanos</p>	<p>1</p>	<p>8</p>	<p>150</p>	<p>13 de julho</p>	<p>Repressão, militarização e controle de adolescentes - O aumento tempo de internação e o recrudescimento da repressão (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular)</p> <p>A formação pretendeu localizar a educação em prisões como elemento central dos direitos humanos e refletir sobre importantes dimensões envolvidas na efetivação dos direitos educativos das pessoas privadas de liberdade. Houve, primeiro, uma conversa em rodas de debate (Roda de conversa 1: Para Além do Vigiar e Punir; Roda de conversa 2: Mecanismos de Justiça Restaurativa e as medidas não-privativas), seguida da exibição do documentário "Encerrados" e debate aberto sobre a proposta do aumento do tempo de internação de jovens. A atividade encerrou com um debate sobre a seletividade da segurança e Justiça Criminal</p>
<p>Ação Educativa</p>	<p>1</p>	<p>3</p>	<p>15</p>	<p>13 de julho</p>	<p>Educação e Relações Raciais: Implicações para a Gestão Escolar (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular)</p> <p>A proposta foi discutir o papel da gestão escolar nas diferentes dimensões da implementação da Lei 10.639/2003 e no enfrentamento ao racismo no cotidiano escolar. Formadora: Ednéia Gonçalves</p>
<p>Ação Educativa em parceria com a Taturana Mobilização Social</p>	<p>1</p>	<p>5</p>	<p>10</p>	<p>13 de julho</p>	<p>Mobilização social e distribuição de filmes em circuito alternativo (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular)</p> <p>A oficina refletiu sobre formas inovadoras de distribuir materiais audiovisuais em circuitos alternativos, com impacto social e formação de público. Formadores: Carol Misorelli, Vinicius Silva, Alexandre Porto Alegre e Diego Thimm</p>

Ação Educativa em parceria com Vigência!	1	3	26	13 de julho	Privatização da Democracia no Brasil (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular) A formação buscou apresentar, analisar e debater a chamada "privatização da democracia" no Brasil. Foram abordados os mecanismos de captura corporativa, seus principais atores, a população atingida, bem como algumas das propostas de superação deste problema. Formadores: Militantes do coletivo Vigência!
Ação Educativa	1	3	5	13 de julho	Roda de experiências dos participantes da Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular Debate de experiências de formação em direitos humanos em projetos e atuações dos participantes.
Ação Educativa em parceria com o Coletivo Libertas	1	3	6	13 de julho	Educação de Jovens e Adultos e a sociedade civil (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular) A atividade teve como objetivo sensibilizar, mobilizar e debater sobre iniciativas de EJA realizadas pela sociedade civil, resultando na criação do "Grupo de Trabalho - EJA e a Sociedade Civil", que dará continuidade ao intercâmbio, interação e troca de informações e conhecimentos, multiplicando o potencial transformador de todos os envolvidos. Formadores: Barbara Heliadora Dantas e Luciana Palmieiri

<p>Ação Educativa em parceria com o Fórum Permanente de Educação Inclusiva</p>	<p>1</p>	<p>3</p>	<p>11</p>	<p>14 de julho</p>	<p>Direitos Humanos e Pessoas com Deficiência (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular)</p> <p>A atividade foi organizada para promover o debate sobre o contexto atual das políticas públicas brasileiras voltadas às pessoas com deficiência, considerando principalmente conceito relacional de deficiência como resultado da interseção entre impedimentos e barreiras. A partir do histórico do movimento político e das lutas pela promoção, proteção e garantia de pleno acesso e exercício dos direitos humanos pelas pessoas com deficiência, apresentou de maneira interativa os conceitos e perspectivas atuais estabelecidos pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, com foco na educação e saúde, articulando esses componentes teórico-políticos com situações cotidianas trazidas pelos participantes. Formadores: Liliane Garcez e Luiz Henrique de Paula Conceição</p>
<p>Arte na Casa: oficinas culturais</p>	<p>1</p>	<p>3</p>	<p>50</p>	<p>14 de julho</p>	<p>Oficina na Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular realizada por 8 arte educadores sobre o tema "Metodologias de Arte Educação em contexto de privação de liberdade".</p>
<p>Ação Educativa em parceria com o MSTC</p>	<p>1</p>	<p>4</p>	<p>21</p>	<p>14 de julho</p>	<p>Exibição "Era uma vez o hotel Cambridge" + debate A luta do movimento sem teto (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular)</p> <p>Tendo em vista o direito à moradia, foi exibido o documentário "Era uma vez o hotel Cambridge" seguido de debate sobre a agenda com representantes do MSTC - Movimento Sem Teto do Centro.</p>

Ação Educativa	1	3	23	14 de julho	<p>Metodologias de arte educação para adolescentes em privação de liberdade (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular)</p> <p>O objetivo da formação foi refletir sobre os processos da arte-educação no contexto de privação de liberdade a partir das experiências dos/as arte educadores/as do Projeto Arte na Casa, que abordaram as metodologias utilizadas nas oficinas. Formadores: Arte educadores/as do projeto Arte na Casa (Ação Educativa)</p>
Ação Educativa	1	4	17	14 de julho	<p>Educação de Jovens e Adultos hoje: rumos e desafios (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular)</p> <p>A proposta foi analisar diferentes aspectos relacionados à educação de jovens e adultos: questão racial, gênero, currículo, educação profissional, educação popular e o sentido do trabalho com a leitura para jovens e adultos. O trabalho teve como base publicação sobre a educação de jovens e adultos a ser lançada nesta mesma data. Formadores: Ednéia Gonçalves e Roberto Catelli</p>
Ação Educativa	1	3	16	14 de julho	<p>Que segurança pública queremos? (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular)</p> <p>Foram apresentados e debatidos os resultados da pesquisa <i>Que segurança pública queremos?</i>, realizada pela Ação Educativa, na qual 20 jovens foram formados e conduziram um processo de escuta a partir de grupos de diálogo na região de Sapopemba e São Mateus. Formadores: Equipe de Juventude - Ação Educativa</p>
Ação Educativa em parceria com o Cursinho Popular Transformação	1	4	29	14 de julho	<p>(Desmarginalizar) o gênero da sala de aula (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular)</p> <p>Propôs-se a construção de uma experiência formativa interessada em pensar as implicações que o debate sobre a questão de gênero traz quando perspectivada pela educação: experiências, estratégias e imperativos. Formadoras: Estorvo Silva e Magô Tonhon</p>

Ação Educativa	1	3	20	14 de julho	Gênero, educação e trabalho (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular) Homens e mulheres vivem os mundos da educação e do trabalho formal de forma desigual, que guarda uma relação importante com o que é considerado trabalho, a invisibilidade do trabalho doméstico e os estereótipos de gênero necessários para a manutenção desse sistema. Foram apresentados conceitos e dados sobre o tema, seguidos de uma roda de conversa. Formadora: Bárbara Lopes
Ação Educativa em parceria com o Artigo 19	1	3	9	14 de julho	Oficina de Lei de Acesso à Informação (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular) O objetivo da formação foi transmitir conhecimento sobre o direito à informação no Brasil e sobre como usar a Lei de Acesso à Informação. Durante a atividade, participantes aprenderam a redigir pedidos de informação para órgãos públicos. Formadores: Bárbara Paes, Mariana Tamari e Henrique Góes
Ação Educativa	1	4h	7	14 de julho	Jovens e Escolha Profissional (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular) A formação visou sensibilizar educadores e gestores para a importância de abordar questões de escolha profissional junto a jovens do Ensino Médio, a partir de uma perspectiva socio-histórica. Formador: Gabriel Di Pierro
Ação Educativa em parceria com Acontantes	1	3h	29	14 de julho	Seus dados são você (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular) Uma oficina sobre como criar espaços seguros para estar na internet. Mostramos às pessoas como os aplicativos que usam coletam dados e como dificultar a evasão de sua privacidade. Formadoras: Patrícia Cornils, Carla Jancz, Fernanda Becker

<p>Ação Educativa em parceria com o Cursinho Popular Transformação e A Revolta da Lâmpada</p>	<p>1</p>	<p>3</p>	<p>34</p>	<p>15 de julho</p>	<p>Roda de conversa Transgneridade e Gordofobia (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular)</p> <p>O que acontece quando a gordofobia encontra corpos e identidades de gênero que não se conformam à norma? Quais são as discussões que podemos acionar ao falar de gordofobia associada à LGBTfobia? Que debate podemos fazer quando entrelaçamos fobias?</p>
<p>Ação Educativa em parceria com o Cursinho Popular Transformação e A Revolta da Lâmpada</p>	<p>1</p>	<p>3</p>	<p>34</p>	<p>15 de julho</p>	<p>Roda de conversa Transgneridade e HIV (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular)</p> <p>Como combater dentro e fora do movimento LGBTQIA visões equivocadas sobre pessoas vivendo com HIV? Como discursos sorofóbicos contribuem para consequências desastrosas em matéria de direitos humanos e políticas públicas para pessoas que vivem com HIV? Quais são os limites entre pessoas LGBT positivas e negativas? O que acontece quando as fobias LGBT encontram com a sorofobia direcionada à pessoas LGBT que vivem com HIV? Falamos sobre a noção de higienização que está por trás da discriminação e do preconceito que relacionam ideias de degeneração, descontrole e promiscuidade com pessoas vivendo com HIV. Quando falamos em políticas públicas, basta distribuir preservativos?</p>
<p>Ação Educativa em parceria com o Cursinho Popular Transformação e A Revolta da Lâmpada</p>	<p>1</p>	<p>3</p>	<p>34</p>	<p>15 de julho</p>	<p>Roda de conversa Transgneridade e Negritude (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular)</p> <p>Sendo uma pessoa trans e negra, é possível falar de negritude e resistências frente ao racismo institucional sem falar de transgneridade? Como entrelaçar estes dois pertencimentos? O que decorre quando o racismo encontra a transfobia?</p>

Ação Educativa em parceria com o Bazar das Poderosas	1	3	36	15 de julho	Inserção de transexuais no mercado de trabalho (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular) Com Erica Malunguinho, idealizadora da Aparelha Luzia, quilombo urbano no centro de São Paulo, e Daniela Andrade, idealizadora das plataformas Transempregos e Transerviços, que conectam profissionais trans a oportunidades de trabalho.
Ação Educativa em parceria com o Cursinho Popular Transformação e A Revolta da Lâmpada	1	3	9	15 de julho	Oficina de poesia (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular) A oficina de poesia TransVersa foi ministrada por Patrícia Borges, poeta da "Antologia Trans", coordenadora do Cursinho Popular Transformação e apresentadora do TRANSarau.
Ação Educativa em parceria com o Cursinho Popular Transformação e A Revolta da Lâmpada	1	4	107	15 de julho	Transarau (Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular) O TRANSarau, espaço de representatividade da população LGBTQI+, negra e periférica, se propõe a ocupar a cidade com manifestações poético-políticas, bateção de cabelo, improvisação e microfone aberto. O evento foi organizado por estudantes, professorxs e coordenadorxs do Cursinho Popular Transformação, projeto de educação para travestis, homens trans, mulheres transexuais e pessoas não-binárias em São Paulo.
Centro de Pesquisa e Formação do SESC SP	1	2	30	02 de agosto	A palestra "Reforma do Ensino Médio" propôs uma análise das principais propostas sancionadas na Reforma do Ensino Médio, colocando esta em diálogo com dados sobre a realidade brasileira quanto à juventude, escolarização e desigualdades sociais.
Centro de Pesquisa e Formação do SESC SP	3	06	30	28 a 30 de agosto	Em três sessões de debate de duas horas cada, foram discutidos temas relacionados a gênero na cultura de periferia. Ciclo de debates realizado dentro da programação do Encontro Estéticas das Periferias

III – Pesquisas

Pesquisas concluídas

Perfil das escolas de ensino médio de Minas Gerais e o enfrentamento ao racismo
--

Referente à etapa de diagnóstico do projeto <i>Avaliação da participação dos diferentes atores da comunidade escolar no debate e proposição de ações de enfrentamento ao racismo na Educação em Minas Gerais</i> realizado pela Ação Educativa em parceria com o Instituto Unibanco. Nesta etapa realizamos pesquisa de caráter quantitativo, na qual foram aplicados 1157 questionários em formato online em escolas de ensino médio de Minas Gerais. Tal universo representa 49,7% das escolas do Estado. Dentre os resultados obtidos, destaca-se a quase inexistência de estratégias específicas para o enfrentamento da questão racial nas escolas da rede estadual de ensino médio de Minas Gerais. O estudo permitiu traçar um perfil dos casos de racismo comumente identificados nas escolas de Minas Gerais da rede estadual do ensino médio e também analisar as estratégias adotadas para o enfrentamento do racismo.

Percepção de gestores e professores acerca da existência e características de racismo nas unidades escolares

Referente à etapa de realização de entrevistas presenciais ou por telefone com gestores e professores das 15 escolas participantes do Projeto UBUNTU NUPEAAs, do projeto <i>Avaliação da participação dos diferentes atores da comunidade escolar no debate e proposição de ações de enfrentamento ao racismo na Educação em Minas Gerais</i> realizado pela Ação Educativa em parceria com o Instituto Unibanco. Este estudo analisou a percepção de gestores e professores acerca da existência e características de racismo nas unidades escolares. A seleção das 15 escolas de ensino médio para acompanhamento da aplicação da metodologia Indique Relações Raciais buscou contemplar a diversidade econômica, social e cultural presente no Estado de Minas Gerais e para tanto articulou os critérios de educação, assistência social e renda dos municípios, perfil racial dos municípios, desempenho da escola no IDEB, presença de escolas urbanas, rurais e quilombolas, projeto selecionado pelo Projeto Ubuntu-Nupeaas, localização em um dos 5 polos prioritários indicados no edital de seleção de professores pesquisadores do Projeto Ubuntu-Nupeaas (Polo Norte, Polo Sul, S.R.E. Araçuaí, S.R.E. Metropolitana C e S.R.E. Teófilo Otoni.)
--

Pesquisas em andamento

GRUNDTVIG, pensamento e influência no campo da Educação de Adultos nos países do Norte: ampliando o debate sobre educação popular
--

A pesquisa pretende conhecer e discutir as experiências dinamarquesas de educação popular, denominadas por Folk High Schools, e a influência atual do seu principal inspirador, o dinamarquês Nikolaj Frederik Severin Grundtvig (1783 - 1872), com vistas a traçar paralelos com os fundamentos e as práticas de educação popular desenvolvidas no Brasil, que têm como principal referência o pensamento de Paulo Freire (1921-2007). Os objetivos são: a) sistematizar experiências contemporâneas em educação não escolar de jovens e adultos no Brasil e na Dinamarca; b) contribuir para o debate ampliando as referências teóricas em educação de jovens e adultos.
--

Para tanto, a pesquisa produzirá e disseminará uma base de dados eletrônica para acesso remoto das informações; realizará seis estudos de casos de experiências não escolares com jovens e adultos no Brasil e na Dinamarca; produzirá ao menos 3 artigos acadêmicos sobre a temática; divulgará textos de outros autores, entrevistas e material visual sobre a experiência dinamarquesa em diálogo com a experiência brasileira, por meio de impressos e eletrônicos; organizará um seminário internacional sobre Educação não escolar de jovens e adultos com base nas experiências brasileiras e dinamarquesas; e estruturará uma rede de pesquisadores e pesquisadoras interessados na temática.

Título: Paulo Freire Vida e Obra

O trabalho de investigação vem sendo desenvolvido desde agosto de 2017. Trata-se de uma obra encomendada pela Editora Todavia, construída com linguagem voltada para o público em geral, que aborda os principais fatos da vida do educador brasileiro Paulo Freire (1921 – 1997), mostrando como sua obra é produto do contexto em que viveu, das suas leituras, das relações societárias e dos seus valores como cristão comprometido com a justiça social. O trabalho tem por objetivo divulgar o seu pensamento no contexto atual de acirramento e polarização das posições políticas, mostrando a sua contribuição para a educação popular e para a superação dos conflitos sociais, por meio de uma visão humanista, dentro campo da pedagogia crítica. A obra está prevista para ser lançada no segundo semestre de 2018.

Avaliação dos resultados da implementação, em Minas Gerais, dos Indicadores de Qualidade da Educação – Relações Raciais

Aplicação de questionário quantitativo, entrevistas em profundidade e grupos focais em escolas que fizeram uso dos Indicadores de Qualidade da Educação - Relações Raciais nas 15 escolas participantes do Projeto UBUNTU NUPEAAs, do projeto *Avaliação da participação dos diferentes atores da comunidade escolar no debate e proposição de ações de enfrentamento ao racismo na Educação em Minas Gerais* realizado pela Ação Educativa em parceria com o Instituto Unibanco.

Metodologias de ensino de arte para adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação na Fundação Casa

Refere-se à sistematização de metodologias educacionais elaboradas por 20 educadores, compondo atualmente a equipe profissional que realiza um projeto denominado Arte na Casa. Os educadores foram convidados a preencher um questionário, preparado pela equipe pedagógica, o que resultou em um sólido material de reflexão, mostrando a dimensão do que é ensinar arte para adolescentes e jovens (mais de 90% do sexo masculino) em um contexto de privação de liberdade, variando de 12 a 20 anos de idade. Algo bastante desafiador, que exige uma avaliação constante das práticas dos educadores. O livro pretende capturar a essência do trabalho educacional, em vez de oferecer uma lista de práticas. Ele será lançado como e-book, mas 200 cópias impressas também estarão disponíveis.

Essa publicação ficará disponível na Internet para download e se destina a educadores de arte que atuam em projetos sociais e educadores que atuam com jovens em medida socioeducativa. Não há publicação do gênero no Brasil, exceto estudos de caso muito específicos e uma publicação deste material suprirá um pouco essa necessidade.

IV – Publicações

Publicações impressas

Livros e cadernos

Formação e Práticas na Educação de Jovens e Adultos
--

CATELLI JR, Roberto (Org). Formação e práticas na educação de jovens e adultos. 1. ed. São Paulo: Ação Educativa, 2017. v. 1. 207p.

Direcionada a educadores principalmente da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a publicação apresenta doze textos inéditos e dois relatos de experiência relacionados à defesa do direito humano à educação de qualidade ao longo da vida e especificidades do processo educativo das pessoas jovens e adultas.

Igualdades e diferenças nas políticas educacionais

CARREIRA, Denise. Igualdades e diferenças nas políticas educacionais: a agenda das diversidades nos governos Lula e Dilma. 1 ed. São Paulo: Ação Educativa, 2017. 455 p.
--

Com base na análise das chamadas políticas de diversidade nos governos Lula e Dilma e nas teorias da justiça, Denise Carreira apresenta uma reflexão provocativa sobre os limites, as conquistas, as disputas e as contradições da política educacional brasileira entre 2003 e 2014.

Publicações virtuais e materiais audiovisuais

Monitoramento Participativo dos Planos de Educação (vídeo):
--

A animação aborda a importância do monitoramento participativo dos Planos de Educação como forma de torná-los documentos vivos em um contexto de grandes retrocessos das políticas educacionais no país. Apresenta sete passos para concretizar o monitoramento participativo em municípios e estados.
--

https://www.youtube.com/watch?v=3sHKo6jMsIs&t=8s

Monitoramento participativo em LIBRAS:
--

https://www.youtube.com/watch?v=OOYA5DJfan0

Autoavaliação participativa: da escola às políticas educacionais (vídeo)

A animação explica de forma didática a metodologia de autoavaliação participativa escolar e de como forma ela pode ser utilizada na escola e no monitoramento participativo de políticas educacionais. Apresenta também um conjunto de cuidados que devem ser considerados para que a metodologia não seja utilizada de forma equivocada.

https://www.youtube.com/watch?v=UUMyeLPrnWc&t=473s

Crise econômica: precisa ser assim? (vídeo)
--

Construída como um dos resultados da Missão Especial sobre os Impactos da Política Econômica de Austeridade nos Direitos Humanos (Plataforma DHESCA), a animação aborda o que é e como a política de austeridade, adotada pelo governo brasileiro a partir de 2014, vem destruindo os direitos sociais e aumentando as desigualdades no país. Indica a necessidade urgente da democratização do debate sobre economia no Brasil.
--

<https://www.youtube.com/watch?v=t0FZCAcL5X8>

Impactos da Política Econômica de Austeridade nos Direitos Humanos

Relatório que resulta da Missão Especial de Investigação da Plataforma DHESCA sobre os impactos da política econômica de austeridade nos Direitos Humanos, realizada entre abril e setembro de 2017 e lançado em outubro no Congresso Nacional. A missão visitou comunidades em várias regiões do país e abordou o aumento da população em situação de rua e a criminalização das ocupações de moradia; o desmonte da política nacional de reforma agrária e de agricultura familiar; o aumento vertiginoso da violência nas favelas cariocas; a situação de famílias afetadas pela tríplice epidemia (dengue, chikunguia e zika) e os ataques aos direitos dos povos indígenas no país. O documento apresenta um conjunto de recomendações ao Estado brasileiro, que foram encaminhadas à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e ao Conselho de Direitos Humanos às Nações Unidas.

http://austeridade.plataformadh.org.br/files/2017/11/publicacao_dhesca_baixa.pdf

Greve geral por nenhum direito a menos

Posicionamento público de adesão às mobilizações nacionais que aconteceram no dia 28 de abril. A Ação Educativa deliberou em suas instâncias coletivas integrar as manifestações paralisando suas atividades na data, em favor da participação popular, do direito à livre manifestação e pela luta contra às desigualdades. As Reformas Trabalhista e da Previdência, bem como a Lei de Terceirização estavam no centro do debate.

<http://acaoeducativa.org.br/blog/editoriais/equipe-ae-greve-geral-por-nenhum-direito-a-menos/>

Nota Pública: Contra as arbitrariedades de André Sturm, Secretário Municipal de Cultura da cidade de São Paulo

Moção de repúdio, construída em parceria com o núcleo curatorial do Encontro Estéticas das Periferias em junho, ao assédio moral de que foi vítima o Movimento Cultural Ermelino Matarazzo, integrante do grupo curatorial do evento, pelo Secretário Municipal de Cultura, André Sturm. Posicionamento exigiu a responsabilização do gestor por abuso de autoridade, apuração das denúncias de interferência e irregularidades nos processos de seleção e implementação de editais públicos, descongelamento dos recursos voltados à pasta e a implementação e monitoramento participativo do Plano Municipal de Cultura.

<http://acaoeducativa.org.br/blog/editoriais/nota-publica-contra-as-arbitrariedades-de-andre-sturm-secretario-municipal-de-cultura-da-cidade-de-sao-paulo/>

O golpe e a educação

No encerramento do nosso ano institucional, em dezembro, a Ação Educativa se manifestou publicamente contra os perversos desdobramentos do golpe institucional de 2016 e sobre seus impactos na violação dos direitos humanos e fragilização do Estado de Direito nos diversos espaços da sociedade e nas instituições públicas.

<http://acaoeducativa.org.br/blog/editoriais/o-golpe-e-a-educacao/>

Artigos e capítulos de livro

Cultura: esvaziamento do Estado e avanço do setor privado

Artigo de Antonio Eleilson Leite, publicado no livro Direitos Humanos no Brasil 2017 – Relatório da Rede Social Justiça e Direitos Humanos. Faz um balanço das políticas públicas de cultura no Brasil, especialmente em São Paulo, destacando o desmonte dos programas e editais da gestão petista levado a cabo pelo governo instaurado por meio do impeachment. Caracteriza a gestão do Ministério da Cultura em tal governo, bem como a instabilidade e conflito com os movimentos culturais vividos no primeiro ano da gestão do Prefeito de São Paulo, João Doria. Aponta, por outro lado, o avanço do setor privado na oferta de bens e serviços culturais, destacando a inauguração do Instituto Moreira Salles e a ampliação do SESC em São Paulo, como ações que se dão no vácuo que se deu em função da incapacidade de o poder público cumprir o papel que lhe cabe na oferta de cultura.

Los exámenes nacionales de certificación para jóvenes y adultos en el contexto de las políticas públicas de educación en Brasil, Chile y México.

Artigo de Roberto Catelli Jr publicado na Revista Interamericana de Educación de Adultos, v. 39, p. 49-68, 2017.

O artigo apresenta os resultados de pesquisa sobre as políticas públicas de certificação de jovens e adultos por meio de exames nacionais para jovens e adultos implantados no Brasil, Chile e México e a inserção dessas políticas na governança internacional. No estudo, observamos dificuldades em ampliar a certificação da educação básica para jovens e adultos, bem como para atingir as metas propostas por cada país ou em acordos internacionais.

O conceito de alfabetismo e o desenvolvimento de propostas e metodologias de avaliação para jovens e adultos.

Artigo de Roberto Catelli Jr publicado em: Roberto Catelli Jr. (Org.). Formação e práticas na educação de jovens e adultos. 1ed.São Paulo: Ação Educativa, 2017, v. 1, p. 43-58.

A revisão do conceito de alfabetismo foi essencial para que se criassem novos dimensionamentos para as políticas de avaliação e para a criação de currículos para a educação de adultos. Em um contexto que se julgava necessário aprender ao longo de toda a vida e em uma sociedade mergulhada em novas tecnologias e de rápidas e constantes mudanças que exigiam dos indivíduos uma nova atitude em face da aprendizagem, fazia-se necessário começar a pensar em como medir possíveis níveis de aprendizagem ao longo da vida, e não apenas alternar entre uma chave binômica que considerava alguém alfabetizado ou não.

Os direitos humanos e o currículo de Ciências Humanas na Educação de Jovens e Adultos.

Artigo de Roberto Catelli Jr publicado em: Roberto Catelli Jr. (Org.). Formação e práticas na educação de jovens e adultos. 1ed.São Paulo: Ação Educativa, 2017, v. 1, p. 117-131.

Cabe àqueles que acreditam na defesa dos direitos humanos, considerando o direito à vida, à educação e à liberdade de expressão, fazer com que nossos programas escolares, em especial para jovens e adultos inseridos no mundo do trabalho e na vida cidadã, tenham como perspectiva o enfrentamento das questões efetivamente relacionadas com as práticas sociais dos cidadãos.

La modalidad flexible y el programa Chilecalifica como apuesta para la certificación de jóvenes y adultos en Chile

Artigo de Roberto Catelli Jr publicado na Revista Educación de Adultos y procesos formativos. Valparaíso: Universidad de Playa Ancha, n. 5, segundo semestre, 2017.

Com base em uma investigação realizada para obter o título de doutor em educação, analisa-se o processo de implementação da modalidade flexível no âmbito do programa Chilecalifica nos anos 2000. Trata-se dos processos de implementação do Programa e da reorganização da modalidade flexível nesse período como forma de certificação no ensino básico e secundário de jovens e adultos no Chile. A pesquisa mostra as dificuldades vivenciadas pelo Programa em seu processo de implementação, bem como as limitações desta modalidade para ampliar a certificação de jovens e adultos no Chile, considerando o processo de formulação desta proposta, o desenvolvimento do curso e a certificação para jovens e adultos no país.

A construção dos direitos dos jovens e adultos à educação na história brasileira recente.

Artigo de Roberto Catelli Jr e Maria Clara Di Pierro, publicado em: Mariangela Graciano; Rosário Lugli. (Org.). Direitos, diversidade, práticas e experiências educativas na Educação de Jovens e Adultos. 1ed.São Paulo: Alameda Editorial, 2017, v. 1, p. 35-60.

O texto traça um painel política pública de educação de jovens e adultos no Brasil após o fim da Ditadura Militar no Brasil, em 1985, até os dias atuais, estabelecendo uma análise crítica das formulações realizadas no período.

As novas tecnologias digitais de informação e comunicação e sua relação com os níveis de alfabetismo.

Artigo de Roberto Catelli Jr, Ana Lima e Luis Serrao, publicado em: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (Editor). (Org.). TIC Domicílios: Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros. 1ed.São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2017, v. 1, p. 73-82.

Análise do nível de alfabetismo dos brasileiros tendo como referência o uso de ferramentas digitais de comunicação. O trabalho tem como base os resultados do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF).

Educação de Jovens e Adultos e relações étnico-raciais

Artigo de Edneia Gonçalves publicado em: Catelli Jr., Roberto (Org.). Formação e práticas na educação de jovens e adultos. 1ed.São Paulo: Ação Educativa, 2017, v. 1, p. 161- 172.

Neste texto, Ednéia Gonçalves questiona a invisibilidade da temática relações raciais na EJA, que se coloca como uma armadilha destinada a ocultar os aspectos realmente relevantes para enfrentarmos o negligenciado debate acerca do significado da educação escolar para a vida de pessoas reais e as complexidades envolvidas no processo de construção de conhecimento.

Apontamentos para a construção de metodologias e estratégias de ensino emancipatórias na EJA

<p>Artigo de Edneia Gonçalves e Jarina Rodrigues Fernandes, publicado em: Mariangela Graciano; Rosário Lugli. (Org.). Direitos, diversidade, práticas e experiências educativas na Educação de Jovens e Adultos. 1ed.São Paulo: Alameda Editorial, 2017, v. 1, p. 107-124.</p> <p>O objetivo do presente capítulo é realizar apontamentos para a construção de metodologias e estratégias de ensino emancipatórias na Educação de Jovens e Adultos (EJA) na sociedade contemporânea, a partir da concepção freireana. Nessa perspectiva, defendemos políticas públicas perenes e caminhos metodológicos alinhados à construção de um mundo mais ético, justo, solidário e humano (FREIRE, 1996). Emancipar (e+manus+cepi), em seu sentido etimológico, remete à ação de negar a mão do outro que captura... No âmbito desse trabalho, emancipar será compreendido como ação que oportuniza ao ser e aos coletivos tomar a história nas próprias mãos.</p>
<p>A execução orçamentária das políticas de diversidade nos governos Lula e Dilma: obstáculos e desafios</p>
<p>Artigo de Denise Carreira abordando a análise da execução orçamentária federal das políticas de diversidade na educação desenvolvidas pelos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014). Especificamente, o texto trata das ações implementadas entre 2004 e 2014 pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), posteriormente renomeada como Secadi, órgão criado em 2004 no Ministério da Educação (MEC) com base em demandas de movimentos sociais. O artigo discute os obstáculos e os desafios para a implementação de políticas que tratam da relação entre igualdade e diferenças na educação brasileira, revelando o quanto a atual configuração do Estado brasileiro é desfavorável à sua execução.</p> <p>http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT05_1091.pdf</p>
<p>O acolhimento como estratégia: uma experiência escolar no âmbito do Programa Transcidadania</p>
<p>Artigo de Roberto Catelli Jr e Michele Escoura publicado em JESUS, Beto de; KRAICZYK, Juny. Reafirmando cidadania e identidade de gênero. São Paulo AHF, 2017. Analisa a implementação do programa Transcidadania no Cieja Cambuci entre 2015 e 2016. Destaca-se como o acolhimento dos novos estudantes se tornou estratégia essencial para a inclusão dos estudantes e também estimular a sua permanência.</p>
<p>Reforma do ensino médio: o risco de ampliar as desigualdades educacionais</p>
<p>O artigo faz referência à reforma do ensino médio proposta pelo governo de Michel Temer e transformada em Lei em dezembro de 2016. Analisa os vários artigos da Lei e mostra como a reforma apressada atende a interesses privados e amplia desigualdades no campo educacional tornando o ensino médio ainda mais precário enquanto processo formativo.</p> <p>https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/Reforma-do-ensino-m%C3%A9dio-o-risco-de-ampliar-as-desigualdades-educacionais</p>

V - Promoção de eventos

Nome do evento	Parceiros	Total de participantes	Local	Data	Descrição, resultados
Iniciativa global contra o conservadorismo, a xenofobia e a intolerância – debate entre parceiros no Fórum Social das Resistências	Coletivo 660	26	Porto Alegre RS	19 e 20 de janeiro	Reunião internacional, realizada no âmbito do Fórum Social das Resistências de Porto Alegre, com o objetivo de estimular iniciativas que possam somar os esforços progressistas para responder ao conservadorismo, à xenofobia e à intolerância e fortalecer a disputa do imaginário popular para visões solidárias e ações responsáveis para com os povos e a Terra.
América Latina: que caminhos seguir – seminário aberto no Fórum Social das Resistências	Coletivo 660	78	Porto Alegre RS	20 de janeiro	Exposições de 15 minutos, seguidas de debate, sobre o tema a partir das perspectivas regionais da América do Norte, Europa, América Latina, África (Norte) e África (Centro-Sul), que buscaram discutir o avanço global do conservadorismo e da intolerância a partir de perspectivas regionais. Expositores convidados: Pierre Beaudet, Christophe Aguiton, Pablo Solon e Hamouda Soubi.
Exposição comemorativa do Dia do Graffiti	Fundação Via Varejo	200	Ação Educativa – São Paulo SP	27 a 29 de março	Ciclo de debates e exposição, envolvendo mais de 20 coletivos de graffiti.
Ação em Debate especial Dia do Graffiti	Escola de Governo	42	Ação Educativa – São Paulo SP	27 de março	Motivado pela ação de retirada dos grafittis da Avenida 23 de Maio em ato arbitrário da Prefeitura de São Paulo, este debate pretendeu ir além das polêmicas de ocasião para discutir qual o entendimento de arte de rua por parte do poder público e por parte dos artistas e ativistas. As debatedoras foram: Gabriela Leal, antropóloga, Coletivo Imargem; Lilian Amaral, artista visual, pesquisadora e curadora; Gabriela Bigo, Ocupa Coletivo e Marília Jahnel, ex-Coordenadora de Direito à Cidade da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo.

Encontro de movimentos sociais de educação com Boly Barry, Relatora Especial da ONU para a Educação.	Campanha Nacional pelo Direito à Educação	89	São Paulo (SP) Ação Educativa	4 de abril	A Relatora se encontrava em viagem extraoficial. O encontro com vários movimentos sociais de educação influenciou os posicionamentos da Relatora sobre o Brasil, em especial, sobre os impactos negativos da aprovação da Emenda Constitucional 95 para o financiamento da política educacional e a atuação do movimento Escola sem Partido.
Ação em Debate "A Indústria da Injustiça: violações de direitos humanos na Palestina e no mundo"	Escola de Governo	17	Ação Educativa – São Paulo SP	17 de abril de 2017	A semana de 3 a 11 de abril é a semana internacional do Apartheid israelense e em países no mundo todo são realizadas atividades a respeito. O debate abordou as conexões entre as violações de direitos humanos no Brasil e no mundo com a indústria desenvolvida pelas violações dos direitos do povo palestino perpetradas pelo apartheid israelense. Os debatedores foram: Soraya Misleh - coordenadora da Frente em defesa do povo palestino; Pedro Charbel - Coordenador do Comitê latino americano do BDS, Rosângela Martins - UNEAFRO e Shajar Goldwaser - Ativista israelo-brasileiro.
Encontro de Formadores e Formadoras da Ação Educativa: Educação a distância	-	16	Ação Educativa – São Paulo SP	12 de abril	O encontro teve o objetivo de aprofundar o debate sobre os principais desafios e oportunidades desta nova modalidade educacional, cuja mediação por meio de tecnologias de informação e comunicação viabiliza alcançar ainda mais participantes que podem desenvolver suas atividades em lugares ou tempos diversos. A roda de conversa contou com a presença de Renata Pistelli, da Abong, e de Cisele Ortiz, do Avisa Lá.

<p>Ação em Debate: Que segurança pública queremos?</p>	<p>-</p>	<p>53</p>	<p>São Paulo (SP)</p>	<p>10 de maio</p>	<p>Roda de conversa a partir da publicação "Que segurança pública queremos?", que discute a segurança pública a partir da perspectiva da juventude. A atividade contou com a presença de Raquel Souza, pesquisadora e doutoranda na Faculdade de Educação da USP, Allyne Andrade, advogada e coordenadora de Educação do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), e Valdênia Paulino, advogada e fundadora do CEDECA Sapopemba.</p>
<p>Encontro Estéticas das Periferias</p>	<p>Secretaria da Cultura do Estado de SP, Oi, Reckitt Benckiser, coletivos locais</p>	<p>17000</p>	<p>Campo Limpo / Capão Redondo, Jardim Ângela, Jardim São Luís, Cidade Ademar, Grajaú, Heliópolis, Parque Bristol, São Mateus, Ermelino Matarazzo, São Miguel Paulista, Itaim Paulista, Guaianas, Cidade Tiradentes, Vila Guilherme/Vila Maria, Jacanã/Tremembé, Cachoeirinha, Brasilândia, Butantã/Taboão da Serra e Centro.</p>	<p>25 de agosto a 03 de setembro</p>	<p>Todas as regiões da cidade atendidas: Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro.</p> <p>Mais de 80 atividades realizadas</p> <p>27 coletivos culturais da cidade envolvidos: Periferia em Movimento, Imargem, UNAS, Perifatividade, Espaço Comunidade, Umoja/Capulanas, Cia Decálogo Jalc, Terreiro de Bamba, Capão Cidadão, Espaço Cita, Instituto Dandara, Cena Norte, Coletivo Ocupa, Ocupação Hip Hop, São Mateus em Movimento, Cedeca Sapopemba, Batekoo, Bodega do Brasil, Pombas Urbanas, Hip Hop Mulher, Slam da Guilhermina, Levante Mulher, Clariô, Museu do Futebol, Amigas do Samba</p> <p>Articulação com equipamentos públicos das regiões: Casas de Cultura, escolas, Fábricas de Cultura, bibliotecas etc.</p> <p>Parceria com os principais atores da cena cultural da cidade: SESC, Casa das Rosas, Instituto Moreira Sales e Itaú Cultural.</p>

Seminário Jovens e Trabalho: Dilemas, Invenções e Caminhos	Sesc São Paulo			13 e 14 de setembro	O seminário reuniu especialistas, jovens, coletivos juvenis e movimentos sociais para debater a situação da juventude no mundo do trabalho, considerando os dados sobre a condição juvenil, as iniciativas da sociedade civil, as políticas públicas e principais desafios nesse campo.
1ª reunião de Parceiras e Parceiros do Centro de Formação da Ação Educativa	-	8	Ação Educativa – São Paulo SP	20 de outubro	Este encontro foi organizado com intuito de apresentar a proposta do Centro de Formação: Educação Popular, Cultura e Direitos Humanos e articular a programação de seu Pré-lançamento.

VI - Participação em eventos

Internacionais

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de Intervenção	Total de participantes
Reunião regional Terre Des Hommes - América Latina	TDH	Lima, Peru	9 a 12 de maio	Participação na mesa redonda sobre direitos humanos para crianças e adolescentes da Latam	90
Collective Consultation of NGOs	Angkor Era Hotel	Siem Reap, Camboja	8 e 9 de maio	Participação em mesa de debate.	400

Seminário Internacional Fazendo Gênero	Universidade Federal de Santa Catarina/Instituto de Estudos de Gênero (IEG)	Florianópolis (SC)	30 de julho a 4 de agosto	Lançamento do livro Gênero e Educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais, co-editado por Ação Educativa(co-ord.), Instituto Geledés, Cladem, Ecos e Fundação Carlos Chagas.	420
Reunión de la Campaña Latinoamericana por el Derecho a la Educación (CLADE) para la Reunión Regional sobre Educación de Personas Jóvenes y Adultas con miras al proceso de la Revisión de Medio Término de CONFINTEA VI	Hotel José Antonio, Lima.	Lima (Peru)	15 a 17 de agosto	Debate coletivo para definir posições de incidência política na reunião da Confintea.	30
Revisión a Medio Plazo de la CONFINTEA VI El Poder del Aprendizaje de Adultos: Visión 2030	Hotel Ibis Ambassador Suwon	Suwon, República de Corea	25 a 27 de outubro	Acompanhamento das propostas apresentadas e intervenções para a redação do documento final	600

Nacionais

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de Intervenção	Total de participantes
Audiência Pública sobre Projeto de Lei do Escola sem Partido	Comissão Especial sobre o Projeto de Lei do Escola Sem Partido da Câmara de Deputados Federais	Brasília (DF)	28 de março	Exposição sobre análise crítica do projeto de lei e suas implicações para a realidade da educação brasileira.	100
O Terceiro Setor na Gestão Cultural	Instituto Odeon	São Paulo	04 de abril	Participação	150

XIX Congresso Nacional de educadores e educadoras sociais	Associação de educadores e educadoras sócias do Estado de SP.	Campinas	10 a 12 de abril	Participação	500
XXVIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação (Anpae)	Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE)	João Pessoa (PB)	26 a 28 de abril	Apresentação da nova ação da Iniciativa De Olho nos Planos sobre Monitoramento participativo (lançamento de vídeo).	86
Evento Nacional da Semana de Ação Mundial (SAM) 2017	Campanha Nacional pelo Direito à Educação	Brasília (DF)	12 de junho	Participação no debate 'Quanto custa o Direito humano à Educação no Brasil? - Caminhos e reflexões sobre o novo FUNDEB (2020) como alternativa para o cumprimento do Plano Nacional de Educação Lei nº 13.005/2014'	100
III Simpósio Internacional de Educação	Universidade Presbiteriana Mackenzie	São Paulo	12 a 14 de junho	Participação / Intervenção no território	200
16º Fórum da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME)	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME)	Fortaleza (CE)	7 a 11 de agosto	Divulgação da Iniciativa De Olho nos Planos por meio da realização de oficinas e da participação em mesas de debate e conferências	1.000
Seminário sobre o Bem Viver	Fundação Rosa Luxemburgo	Maranhão	20 a 24 de agosto	Participação	50
Audiência Pública sobre o novo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação)	Comissão Especial sobre o Novo Fundeb (PEC 15/15) da Câmara de Deputados Federais	Brasília (DF)	12 de setembro	Exposição pública sobre desafios e propostas para a construção do novo Fundo.	60

Julgamento sobre o ensino religioso confessional em escolas públicas	Supremo Tribunal Federal	Brasília (DF)	27 de setembro	Solicitação de audiência com o Ministro Barroso, responsável pela ADI; articulação do grupo educação pública e laicidade; elaboração de posicionamento público conjunto com parceiros sobre educação pública e laicidade; acompanhamento do julgamento no STF.	45
38ª reunião nacional da ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação	ANPED	São Luís, Maranhão	1 a 5 de outubro	Participação como debatedor do Grupo de Trabalho Educação de Jovens e Adultos	50
38ª reunião nacional da ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)	São Luís (MA)	1 a 5 de outubro	Participação no GT05 - Estado e Política Educacional, com a apresentação do trabalho "A Execução Orçamentária Das Políticas De Diversidade Nos Governos Lula E Dilma: Obstáculos E Desafios".	
27º Encontro Nacional da Uncme	União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme)	Ilhéus (BA)	27 a 29 de novembro	Divulgação da Iniciativa De Olhos nos Planos por meio da realização de oficinas e da participação em mesas de debate e conferências	800

Regionais / Estaduais / Municipais

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de Intervenção	Total de participantes
Seminário "Por uma pedagogia das juventudes"	Observatório de Juventudes da UFMG	Belo Horizonte (MG)	6 e 7 de abril	Mesa no seminário	300

Conferência regional da etapa municipal de São Paulo da Co-nae 2018	Secretaria Municipal de Educação - São Paulo	São Paulo (SP)	5 e 6 de maio	Divulgação da Iniciativa De Olho nos Planos por meio da apresentação do vídeo	730
Dia do Brincar	Cedeca Limeira	Limeira (SP)	23 de maio	Participação	200
Seminário Igualdade de Gênero na Educação e Liberdade de Expressão	Clínica de Direitos Humanos da PUC-SP	São Paulo (SP)	31 de maio	Exposição sobre os desafios da igualdade de gênero na educação e lançamento do livro Gênero e Educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais	140
Audiência Pública sobre a Política de Educação Infantil do Município de São Paulo	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	São Paulo (SP)	1 de junho	Fala de abertura da audiência sobre as metas de educação infantil no Plano Municipal de Educação de São Paulo.	146
IV Conferência Regional de Educação do ABCDMRR	Consórcio Intermunicipal Grande ABC	São Bernardo do Campo (SP)	2 e 3 de junho	Palestra de abertura da Conferência. Apresentação da metodologia De Olho nos Planos e roda de conversa com profissionais de educação do ABCDMRR sobre os Planos e Conferências de Educação	420

O PNE no centro da roda - Semana de Ação Mundial (SAM) 2017	Campanha Nacional pelo Direito à Educação/Cenpec	São Paulo (SP)	06 de Junho	Participação no debate "O PNE no centro da roda"	50
Seminário Gênero na Escola e no Esporte	Fundação Gol de Letra	São Paulo (SP)	05 de setembro	Exposição em Mesa sobre Gênero e Educação	200
1º Seminário Técnico da Undime SP	União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo	Campos do Jordão (SP)	16 a 18 de outubro	Oficina do De Olho nos Planos	50
II Seminário Regional – Educar para a igualdade regional em Carangola –MG	Superintendência Regional de Educação de Carangola MG – SEE	Carangola (MG)	25 de outubro	Apresentação dos Índices Relações Raciais	300
Mês da Ação Global	TDH	São Carlos	02 a 05 de novembro	Participação	300
I Seminário Internacional de Administração Pública - Viva Curitiba!	Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP)	Curitiba (PR)	9 de novembro	Mesa no seminário	250

Locais

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de Intervenção	Total de participantes
Paulo Freire hoje	Cursinho Popular Florestan Fernandes (USP)	São Paulo (SP)	18 de fevereiro	Palestra	40
A ideologia do movimento escola sem partido	Livraria Tapera Taperá	São Paulo (SP)	10 de março	Participação em mesa	20
Semana Paulo Freire	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	Guarulhos (SP)	02 de maio	Participação em Mesa: Paulo Freire na África	80
Educação antirracista	FIAM-FAAM	São Paulo (SP)	11 de maio	Palestra	100
Palestra sobre Educação de Jovens e Adultos	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), campus São Paulo	São Paulo SP	13 de junho	Palestra	50

III Congresso Acadêmico da Unifesp	Universidade Federal de São Paulo	São Paulo (SP)	30 de maio a 2 de junho	Palestra: desafios dos direitos humanos e sua construção no âmbito universitário	60
Palestra sobre Paulo Freire	UNIFESP campus Guarulhos	Guarulhos SP	15 de agosto	Palestra	60
Projeto Histórias Afro-atlânticas	MASP	São Paulo (SP)	21 de outubro	Palestra: Relações raciais na Escola	300
Semana da Consciência negra	Faculdade Paulista de Artes	São Paulo (SP)	16 de novembro	Palestra: Educação e relações raciais	300
Negritude e Envelhecimento: forma de ser e estar no mundo.	Sesc Rio Preto	São José do Rio Preto (SP)	22 de novembro	Participação em Bate-papo Negritude e Envelhecimento: forma de ser e estar no mundo.	50
Palestra sobre Paulo Freire	Colégio Santa Cruz São Paulo	São Paulo SP	20 de dezembro	Palestra	25

VII - Participação em redes, fóruns, articulações intersetoriais e conselhos de representantes

Nome	Resultados no período
Território Cultural da Consolação	Articulação da rede formada no contexto do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Paulista – Luz envolvendo cerca de 200 agentes, entre instituições, coletivos e ativistas.
Plataforma e Rede de Jovens / Terre des Hommes Alemanha (TDH)	Articulação com organizações parceiras de TDH no Brasil e América Latina; definição de ações prioritárias para TDH Alemanha; participação na Semana Mundial do Brincar e Mês da Ação Global
Rede Paulista de Futebol de Rua	Manutenção e ampliação dos polos de futebol de rua; realização de formações específicas; participação em eventos; realização de formação com técnicos de serviços de medida socioeducativa em meio aberto da Prefeitura de São Paulo
Participação no Conselho Político do Grupo Projeto Brasil da Frente Brasil Popular	Elaboração de um projeto para o Brasil
Plataforma DHESCA	Coordenação da Missão da Plataforma sobre os Impactos da Política Econômica de Austeridade nos Direitos Humanos.
Fórum Permanente da Rede de Proteção aos Direitos de Crianças e Adolescentes” no território	Discussão da agenda 2018, Conferências de Direitos da Criança e do Adolescente, Crianças e Adolescente em Situação e na Rua e Medida Socioeducativa.

Grupo Educação nas Prisões	Ganhamos a Apelação em segunda instância da Ação Civil Pública para garantir o ensino noturno na Penitenciária Feminina de Santana. Foi realizado também o Seminário "O Sistema Prisional no Brasil e a garantia do Direito Humano à Educação em contextos de privação de liberdade" no âmbito da Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular da Ação Educativa. O Seminário pretendeu refletir o lugar da educação no sistema prisional do Brasil e as políticas educacionais que vêm sendo implementadas para a efetivação do direito humano à educação das pessoas privadas de liberdade no país.
Campanha Nacional pelo Direito à Educação	Participação no Comitê Diretivo da Campanha e no Comitê responsável pela produção dos materiais da Semana de Ação Mundial.
Fórum Municipal de Educação de São Paulo	Coordenação do eixo sobre diversidade na educação da etapa municipal e das atividades de promoção da participação de crianças e adolescentes da Conferência Nacional de Educação (Conae).
Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA)	Membro do segmento ONGs na comissão do MEC. Em 2017 houve apenas uma reunião.
Rede LEQT de Leitura e Escrita de Qualidade para Todos	Participação na Comissão que busca articular propostas para o desenvolvimento de trabalhos de leitura e escrita para diferentes públicos e instituições.

VIII - Inserções na mídia

Tema: Cultura / Cultura Popular / Cultura de Periferia

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Carta Capital	Nacional	28/01	Na repressão de Doria contra a arte de rua, alvo é a juventude periférica	Internet	Citação Antonio Eleilson Leite, coordenador de cultura da Ação Educativa
2	Projeto Colabora	Nacional	28/01	A guerra do spray paulista	Internet	Cita Antonio Eleilson Leite, coordenador de cultura da Ação Educativa
3	Fundação Tide Setubal	Nacional	30/01	Roda de conversa - Direito à cidade, educação, cultura e sustentabilidade	Internet	Citação Antonio Eleilson Leite, coordenador de cultura da Ação Educativa
4	Estado de S. Paulo - Emais	Nacional	09/02	A festa do Sarau e do Bloco da Maria, o show emocionante do Breno Ruiz e o agendão pro seu findi feliz	Internet	Cita a programação do Espaço Cultural Periferia no Centro
5	Estado de S. Paulo - Emais	Nacional	06/04	O show do Zé Geraldo, a onipresença de Raul e outros artistas inspirados	Internet	Cita a programação do Espaço Cultural Periferia no Centro

6	Grupo Editorial Global	Nacional	16/05	Sérgio Vaz - a importância do poeta, segundo Eileilson Leite	Internet	Citação Antonio Eileilson Leite, coordenador de cultura da Ação Educativa
7	Raiz.art.br	Nacional	14/08	Estéticas das Periferias na sua sétima edição em SP	Internet	Cita Estéticas das Periferias
8	Portal Vermelho	Nacional	21/08	Aira Bonfim: Você conhece algum homem trans?	Internet	Cita Estéticas das Periferias
9	Periferia em Movimento	Regional	25/08	"Estéticas das Periferias tem encontro de Graffiti, oficinas de alimentação saudável, tinta ecológica e de cobertura colaborativa no Grajaú	Internet	Cita Estéticas das Periferias
10	SP Notícias - Portal do Governo	Regional	25/08	Ocupa Pacaembu: sábado tem goleada de atrações gratuitas	Internet	Cita o Estéticas das Periferias
11	Nós, mulheres da periferia	Nacional	25/08	7º Encontro Estéticas das Periferias projeta produção cultural e afetividade das quebradas	Internet	Cita o Estéticas das Periferias
12	Portal Aprendiz	Nacional	28/08	Encontro Estéticas das Periferias ocupa São Paulo com arte periférica	Internet	Cita o Estéticas das Periferias
13	TV Cultura	Nacional	29/08	Metrópolis	Internet	Cita o Estéticas das Periferias

Tema: Educação e Desigualdades

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Folha de S. Paulo	Nacional	19/02	Como funciona a engrenagem das notícias falsas no Brasil	Internet	Cita o Índice de Alfabetismo Funcional (Inaf)
2	Segs.com.br	Nacional	21/02	A popularização das "fake news" e os interesses econô	Internet	Cita o Índice de Alfabetismo Funcional (Inaf)
3	MultiRio	Regional	27/03	A difícil definição de analfabetismo funcional	Internet	Citação Roberto Catelli, coordenador executivo da Ação Educativa
4	MidiaNews	Nacional	17/03	A mais perversa exclusão	Internet	Cita o Índice de Alfabetismo Funcional (Inaf)
5	Apeoesp	Regional	12/04	Movimentos sociais apresentam a situação da educação brasileira para a relatora da ONU para o direito à educação, em visita extraoficial ao país	Internet	Citação Denise Carreira, coordenadora executiva da Ação Educativa
6	Brandpress	Nacional	08/04	Estudo especial do Instituto Paulo Montenegro e da Ação Educativa indica	Internet	Cita o Índice de Alfabetismo Funcional (Inaf)

				pistas sobre a relação entre o analfabetismo e comportamento financeiro		
7	MultiRio	Regional	10/04	Os parâmetros do analfabetismo funcional	Internet	Citação Roberto Catelli, coordenador executivo da Ação Educativa
8	UOL	Nacional	19/04	Mais de 115 mil alunos perderam neste ano ao menos um dia de aula por causa da violência no Rio		Citação Denise Carreira, coordenadora executiva da Ação Educativa
9	Deutsche Welle	Nacional	22/04	A violência como parte da rotina de escolas do Rio	Internet	Citação Denise Carreira, coordenadora executiva da Ação Educativa
10	Carta Capital	Nacional	22/04	A violência como parte da rotina de escolas do Rio	Internet	Citação Denise Carreira, coordenadora executiva da Ação Educativa
11	Jornal do Comércio	Nacional	05/06	Brasil vive crise de aprendizagem	Internet	Cita o Índice de Alfabetismo Funcional (Inaf)
12	Paraná Shop	Regional	08/06	5 benefícios de aprender matemática na infância	Internet	Cita o Índice de Alfabetismo Funcional (Inaf)
13	Porvir	Nacional	22/08	Dados educacionais demandam políticas para enfrentar desigualdades	Internet	Citação Denise Carreira, coordenadora executiva da Ação Educativa
14	Uncme	Nacional	01/09	De Olho nos Planos lança campanha pela regulamentação da autoavaliação participativa da escola	Internet	Cita De Olho nos Planos
15	Blog do Prof. Antônio Furtado	Nacional	05/09	De Olho nos Planos lança campanha pela regulamentação da autoavaliação participativa da escola	Internet	Cita De Olho nos Planos
16	Undime	Nacional	14/09	De Olho nos Planos promove campanha pela regulamentação municipal e estadual da autoavaliação participativa	Internet	Cita De Olho nos Planos
17	Outras Palavras	Nacional	30/09	Educação, conjuntura e cursinhos populares	Internet	Citação Denise Carreira, coordenadora executiva da Ação Educativa
18	Gazeta do Povo	Nacional	19/10	Temer fora do Planalto? Só em 2019. Brasileiro não quer ideologia de gênero na sala de aula.	Internet	Cita o Índice de Alfabetismo Funcional (Inaf)

19	Folha de S. Paulo	Nacional	07/11	Educação no Brasil é farta em desrespeito a direitos humanos	Internet	Cita o Índice de Alfabetismo Funcional (Inaf)
20	Administradores.com.br	Nacional	18/12	4 dicas para você ler um texto e realmente entender	Internet	Cita o Índice de Alfabetismo Funcional (Inaf)

Tema: Educação e Gestão Pública

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Jeduca	Nacional	08/03	Base Nacional Comum Curricular é tema de videoconferência na quarta-feira	Internet	Participação de Roberto Catelli, coordenador executivo da Ação Educativa
2	Estado de S. Paulo	Nacional	07/04	Base define que ensino de História ocorra em ordem cronológica	Internet	Citação Roberto Catelli, coordenador executivo da Ação Educativa
3	Repórter Diário	Regional	30/05	ABC discute políticas públicas em IV Conferência Regional de Educação	Internet	Cita Denise Carreira, coordenadora executiva da Ação Educativa
4	Centro de Referências em Educação Integral	Nacional	-	Políticas públicas e gestão escolar para a equidade: desenvolvimento integral no Ensino Médio	Internet	Cita materiais produzidos pela Ação Educativa
5	Centro de Referências em Educação Integral	Nacional	01/06	Como a Educação Integral relaciona-se com os Objetivos de Desenvolvimento da ONU?	Internet	Citação Roberto Catelli, coordenador executivo da Ação Educativa
6	Carta Educação	Nacional	06/07	Base Nacional Comum Curricular: muitas perguntas, poucas respostas	Internet	Citação Roberto Catelli, coordenador executivo da Ação Educativa
7	Folha de S. Paulo	Nacional	24/07	Ausência de professor da rede pública chega a 30 dias no ano no Estado de SP	Internet	Cita Salomão Ximenes como representante da Ação Educativa
8	G1	Nacional	20/09	Encceja vai ter questões já usadas em edições antigas por falta de recursos	Internet	Cita Roberto Catelli, coordenador executivo da Ação Educativa
9	Gazeta do Povo	Nacional	18/10	Professores sem qualificação fazem parte da realidade educacional brasileira	Internet	Cita o Índice de Alfabetismo Funcional (Inaf)
10	Bonde	Nacional	31/10	Confira dez possíveis temas para a redação do Enem	Internet	Cita o Índice de Alfabetismo Funcional (Inaf)
11	TN Online	Nacional	31/10	10 apostas de qual será o tema da redação do Enem 2017	Internet	Cita o Índice de Alfabetismo Funcional (Inaf)

12	Tribuna do Ceará	Regional	04/11	Enem 2017: 10 apostas de qual será o tema da redação	Internet	Cita o Índice de Alfabetismo Funcional (Inaf)
13	Publishnews	Nacional	07/11	Anunciados os finalistas do Prêmio IPL - Retratos da Leitura	Internet	Cita Roberto Cattelli, coordenador executivo da Ação Educativa

Tema: Educação Infantil

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	O Estado de S. Paulo	Nacional	01/06	Justiça quer novo acordo com Prefeitura de SP após descumprimento de abertura de vagas em creche	Internet	Citação Salomão Ximenes
2	Folha de S. Paulo	Nacional	07/06	Doria tira recursos de CEUs e UPAs para construir creches e pagar hospitais	Internet	Citação Salomão Ximenes
3	Carta Educação	Nacional	19/06	Por dia, 70 famílias recorrem à Justiça para conseguir vaga em creches	Internet	Cita Salomão Ximenes como representante da Ação Educativa
4	O Estado de S. Paulo	Nacional	15/09	SP firma acordo para aumentar vagas em creche; meta para 2017 é reduzida	Internet	Cita articulação em que a Ação Educativa está envolvida
5	Folha de S. Paulo	Nacional	23/09	Economia de Doria com Leve Leite será usada em novas vagas de creche em SP	Internet	Cita Salomão Ximenes como representante da Ação Educativa

Tema: Educação nas Prisões

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Conexão Futura	Nacional	22/02	Como garantir educação de qualidade para a população carcerária?	Televisão/ Internet	Participação de Mariângela Graciano, sócia da Ação Educativa - convite de entrevista mediado pelo Setor de Comunicação.

Tema: Escola Sem Partido

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Agência Brasil	Nacional	28/03	Criador do Escola Sem Partido diz que projeto da Câmara tem trecho "inaceitável"	Internet	Cita Denise Carreira, coordenadora executiva da Ação Educativa

2	IstoÉ	Nacional	28/03	Criador do Escola Sem Partido diz que projeto da Câmara tem trecho "inaceitável"	Internet	Cita Denise Carreira, coordenadora executiva da Ação Educativa
3	Câmara dos Deputados	Nacional	29/03	Educadores se dividem sobre neutralidade do projeto Escola Sem Partido	Internet	Citação Denise Carreira, coordenadora executiva da Ação Educativa.
4	Jornal do Brasil	Nacional	29/03	Criador do Escola sem Partido diz que projeto da Câmara tem trecho 'inaceitável'	Internet	Cita Denise Carreira, coordenadora executiva da Ação Educativa
5	Carta Educação	Nacional	02/08	Escola Sem Partido intimida e persegue professores	Internet	Citação Salomão Ximenes

Tema: Gênero, Raça e Educação

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Luis Nassif Online	Nacional	01/01	Estudo analisa mulheres e negras na educação brasileira	Internet	Citação Denise Carreira, coordenadora executiva da Ação Educativa
2	Revista Az-Mina	Nacional	23/01	Ofensiva contra educação de gênero faz escolas temerem até discutir a Aids	Internet	Citação Claudia Bandeira, assessora da área de educação da Ação Educativa
3	Themis	Nacional	23/01	Ofensiva contra educação de gênero faz escolas temerem até discutir a Aids	Internet	Citação Claudia Bandeira, assessora da área de educação da Ação Educativa
4	Portal Vermelho	Nacional	01/01	Estudo analisa mulheres e negras na educação brasileira	Internet	Citação Denise Carreira, coordenadora executiva da Ação Educativa
5	Carta Educação	Nacional	08/02	Diferentes, mas iguais	Internet	Cita a cartilha "Por que discutir gênero na escola"
6	Carta Educação	Nacional	13/04	A sociedade perde ao não discutir gênero na escola	Internet	Citação Denise Carreira, coordenadora executiva da Ação Educativa
7	Revista Claudia	Nacional	02/05	A reforma que as mulheres querem na Educação	Internet	Citação Denise Carreira, coordenadora executiva da Ação Educativa
8	Portal Vermelho	Nacional	12/02	Estudo analisa mulheres e negras na educação brasileira	Internet	Cita estudo produzido pela Ação Educativa

9	Centro de Referências em Educação Integral	Nacional	28/06	Alvos de discriminação e exclusão, alunos LGBTs contam o que esperam da escola	Internet	Cita cartilha "Por que discutir gênero na escola" e citação Aniely Silva
10	O Globo	Nacional	28/07	Especialistas criticam método de ensino que divide alunos por gênero	Internet	Citação Denise Carreira, coordenadora executiva da Ação Educativa
11	Projeto Colabora	Nacional	03/08	Ensino de culturas africanas: lei enfrenta resistências	Internet	Citação Ednéia Gonçalves, assessora da área de educação da Ação Educativa
12	Carta Educação	Nacional	24/11	Masp debate sexualidades e gênero com educadores	Internet	Cita Ação Educativa

Tema: Política de austeridade e direitos humanos

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Senado Notícias	Nacional	04/10	CDH debate impacto de políticas de austeridade nos direitos humanos	Internet	Citação Denise Carreira, coordenadora executiva da Ação Educativa
2	Brasil de Fato	Nacional	05/10	Estudo aponta violação de direitos humanos na gestão Temer e propõe referendo popular	Internet	Citação Denise Carreira, coordenadora executiva da Ação Educativa
3	Portal Vermelho	Nacional	12/12	Os impactos negativos do teto de gastos nos direitos humanos	Internet	Citação Denise Carreira, coordenadora executiva da Ação Educativa
4	Brasil de Fato	Nacional	12/12	Organizações lançam campanha pela revogação da "PEC do fim do mundo"	Internet	Citação Denise Carreira, coordenadora executiva da Ação Educativa
5	Portal Vermelho	Nacional	14/12	Movimentos sociais apoiam campanha pelo fim do teto de gastos	Internet	Citação Denise Carreira, coordenadora executiva da Ação Educativa

Tema: Juventude e Ensino Superior

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Gife	Nacional	24/04	Institutos e fundações promovem mudanças em suas iniciativas para atender à realidade da juventude brasileira	Internet	Citação Gabriel Di Pierro, coordenador de juventude da Ação Educativa
2	Instituto NET Claro Embratel	Nacional	04/09	Confira 7 orientações para jovens escolherem a carreira	Internet	Citação Gabriel Di Pierro, coordenador de juventude da Ação Educativa

Tema: Laicidade na educação

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	O Globo	Nacional	30/05	Adeptos de religiões afro-brasileiras relatam preconceito em sala de aula	Internet	Citação Denise Carreira, coordenadora executiva da Ação Educativa
2	Rede Brasil Atual	Nacional	23/08	STF julga ação que pode regular ensino religioso nas escolas públicas	Internet	Citação Denise Carreira, coordenadora executiva da Ação Educativa
3	Rede Brasil Atual	Nacional	31/08	Relator considera inconstitucional ensino religioso confessional em escolas públicas	Internet	Citação Denise Carreira, coordenadora executiva da Ação Educativa
4	Pragmatismo Político	Nacional	01/09	STF julga constitucionalidade do ensino religioso confessional em escolas públicas	Internet	Citação Denise Carreira, coordenadora executiva da Ação Educativa
5	BBC Brasil	Nacional	27/09	Estado e fé: STF permite ensino confessional de religião nas escolas	Internet	Citação Denise Carreira, coordenadora executiva da Ação Educativa
6	O Globo	Nacional	27/09	Ensino religioso confessional nas escolas públicas divide opiniões	Internet	Citação Denise Carreira, coordenadora executiva da Ação Educativa
7	Gazeta do Povo	Nacional	28/09	Uma em cada 5 escolas públicas do Brasil não tem ensino religioso	Internet	Citação Salomão Ximenes
8	Carta Educação	Nacional	05/10	Quais são os limites para a oferta do ensino religioso?	Internet	Citação Salomão Ximenes
9	Carta Capital	Nacional	09/10	No Brasil, diversidade fica em xeque	Internet	Citação Denise Carreira, coordenadora executiva

						da Ação Educativa
--	--	--	--	--	--	-------------------

Tema: Planos de Educação e avaliação

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Portal da Prefeitura Municipal de Curitiba	Regional	21/02	Nova diretoria do Conselho Municipal de Curitiba toma posse na primeira reunião ordinária de Conselho Pleno 2017	Internet	Cita De Olho nos Planos
2	Instituto NET Claro Embratel	Nacional	13/03	São Paulo articula criação do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos	Internet	Citação Denise Carreira, coordenadora executiva da Ação Educativa
3	Centro de Referências em Educação Integral	Nacional	16/05	Participação social é condição para uma educação de qualidade	Internet	Citação Claudia Bandeira, assessora da área de educação da Ação Educativa
4	Desacato	Nacional	16/05	Participação social é condição para uma educação de qualidade	Internet	Citação Claudia Bandeira, assessora da área de educação da Ação Educativa
5	Revista Nova Escola	Nacional	Maio	O que observar ao avaliar os pequenos?	Internet	Citação Claudia Bandeira, assessora da área de educação da Ação Educativa
6	Jornal Extra	Regional	20/05	Rio perde direito a verbas milionárias até ter Plano Municipal de Educação	Internet	Cita De Olho nos Planos
7	Educação & Participação	Nacional	08/06	Semana de Ação Mundial: deve-se lutar pelo PNE e abrir diálogo com a sociedade	Internet	Citação Claudia Bandeira, assessora da área de educação da Ação Educativa
8	Liberdade	Nacional	15/06	Conferência discute em Caruaru metas da educação diante da crise econômica	Internet	Cita De Olho nos Planos
9	Centro de Referências em Educação Integral	Nacional	03/07	Jogo estimula participação dos alunos no ambiente escolar	Internet	Cita De Olho nos Planos
10	Pensar a Educação	Nacional	08/08	CONAE 2018: avaliar o PNE e tirar o SNE do papel	Internet	Cita De Olho nos Planos
11	Undime	Nacional	11/08	Falta de recursos preocupa dirigentes quanto a implementação dos PME	Internet	Citação Denise Carreira, coordenadora executiva da Ação Educativa

Tema: Público X Privado na Educação

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	TVT	Nacional	16/05	Encontro Internacional discute privatização do ensino público	Internet	Citação Denise Carreira, coordenadora executiva da Ação Educativa

Tema: Reorganização do Ensino, Reforma do Ensino Médio e Ocupações

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Nexo Jornal	Nacional	28/03	Reforma do Ensino Médio: o risco de ampliar as desigualdades educacionais	Internet	Artigo publicado por Roberto Cattelli, coordenador executivo da Ação Educativa
2	De Fato Online	Regional	07/06	Estado lança projeto de iniciação científica para jovens do ensino médio	Internet	Citação Denise Carreira, coordenadora executiva da Ação Educativa
3	GIFE	Nacional	12/06	Ensino Médio em debate: iniciativas dão voz à juventude e apontam desafios e soluções para a educação no país	Internet	Citação Roberto Cattelli, coordenador executivo da Ação Educativa
4	Guia do Estudante	Nacional	06/09	Será que a Reforma do Ensino Médio vai afetar você?	Internet	Cita Roberto Cattelli, coordenador executivo da Ação Educativa

Tema: Segurança Pública

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Portal 32xsp	Regional	28/06	Moradores buscam soluções para a segurança em S. Mateus e Sapopemba	Internet	Cita a pesquisa "Que Segurança Pública Queremos?"
2	UOL	Nacional	07/06	Preso com 'Pinho Sol' em protesto de 2013 vira símbolo e inspira mobilização em SP e Rio	Internet	Cita evento realizado em nosso espaço